Prefeitura Municipal
de Nova Lima

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 346/2026

PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 55/2026

OBJETO: Aquisição Futura E Parcelada De Espaçadores Para Uso Na Administração De Medicamentos Por Via Inalatória, Destinados Ao Ressuprimento Da Central De Abastecimento Farmacêutico (CAF) E Ao Atendimento Das Unidades Da Rede Municipal De Saúde – SUS.

ACOLHIMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS:
Até as 08:45 horas do dia 17/11/2026
DATA E HORÁRIO DO INÍCIO DA DISPUTA:
as 09:00 horas do dia 17/11/2026

MODO DE DISPUTA: ABERTO

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: AMM Licita, disponível no endereço https://ammlicita.org.br/

CONSULTA AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: Os procedimentos deste pregão serão realizados exclusivamente por meio eletrônico, conforme regulamento disponibilizado no Portal do AMM Licita, no endereço eletrônico https://ammlicita.org.br/, nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e dos Decretos Municipais n° 13.749/2023 e 13.929/2024.

COORDENAÇÃO DO PROCESSO: SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – SETOR DE PREGÃO – Pregao.eletronico@pnl.mg.gov.br Telefone: (31) 3180-5822 // (31) 3180-5824 (31) // (31) 3180- 5823 // 98648-1256 - Rua Pereira de Freitas, 163 – 2° andar – Centro - Nova Lima CEP 34000-288.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF).

IMPORTANTE: Ao retirar este edital, favor preencher o recibo de retirada de edital, (**Disponível em**: Link para o arquivo https://novalima.mg.gov.br/inicio/licitacoes **Arquivo:** RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL DE PREGÃO) e enviá-lo para o e-mail informado no próprio recibo, só assim poderemos enviar informações de interesse do licitante.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 346/2026

PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 55/2026

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE NOVA LIMA/MG realizará procedimento de licitação na modalidade, **Pregão Eletrônico para Registro de Preços**, tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR ITEM**, modo de disputa ABERTO, nos termos da Lei 14.133/2021 e Decretos Municipais nº 13.929/2024 e 14.099/2024, Decretos Municipais nº 13.749/2023 e 13.929/2024, e legislação correlata, e de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos.

O presente Edital se trata de modelo padrão adotado pelo Município de Nova Lima/MG para todas as licitações na modalidade de Pregão Eletrônico, para registro de preço. As regras relativas à utilização do Sistema AMM Licita são estabelecidas pelo próprio sistema. As demais regras do presente Edital devem seguir o previsto neste instrumento e, especialmente, no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, constante do Anexo I do presente Edital. Em diversas partes do presente Edital há referências diretas a itens e regras constantes do Termo de Referência.

O lance deverá ser ofertado pelo Menor Preço POR ITEM.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, tendo como equipe os servidores abaixo indicados, nos termos do Decreto Municipal 14.263/2024

Pregoeiro(a): Érica Alves Pereira

Equipe de apoio: Karine Aline dos Santos Ribeiro e Miller Augusto Dutra Ferreira

1.2 – Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro(a) regularmente designado, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema "AMM Licita", constante da página eletrônica https://ammlicita.org.br/.

1.3 – Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e em todo o processo.

2 – DO OBJETO

2.1- Constitui objeto deste pregão:

Aquisição Futura E Parcelada De Espaçadores Para Uso Na Administração De Medicamentos Por Via Inalatória, Destinados Ao Ressuprimento Da Central De Abastecimento Farmacêutico (CAF) E Ao Atendimento Das Unidades Da Rede Municipal De Saúde – SUS.

2.2 - O produto fornecido deverá estar rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência (Anexo I) e em conformidade com legislação em vigor.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar desta licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o respectivo objeto, cadastradas ou não na Prefeitura Municipal de Nova Lima como fornecedor, que atendam às exigências constantes deste Edital e respectivo Termo de Referência (Anexo I), mediante prévio credenciamento perante o provedor do sistema eletrônico AMM Licita.

3.1.1 – Não será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

3.1.1.1 – Justifica-se, nos termos do item 11.3 do Termo de Referência a vedação de participação de consórcio, sob a justificativa dos responsáveis de que **"A vedação justifica-se pela baixa complexidade e natureza padronizada do objeto, que pode ser integralmente fornecido por empresa individual apta a atender às condições técnicas, comerciais e operacionais estabelecidas."**

3.1.2 – Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

3.1.2.1 – A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei de n° 5.764/71, a Lei de n° 12.690/12, e a Lei Complementar n° 130/09;

3.1.2.2 – Apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

3.1.2.3 – Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

3.1.2.4 – O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei de n° 12.690/12, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

3.2 – Não poderá participar desta licitação o interessado que:

a) Esteja sob falência, concurso de credores, concordata ou processo de dissolução ou liquidação;

b) Não atenda às condições deste Edital, seu Termo de Referência e anexos;

c) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

d) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básica ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele necessários;

e) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

f) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

g) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

h) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

i) Enquadre-se nas vedações previstas no §1º do Art. 9º da Lei Federal 14.133/2021;

j) Tenha objeto social incompatível com o objeto desta licitação.

3.2.1 – Com a finalidade comprobatória destas condições, o licitante deverá anexar declaração própria ao sistema eletrônico, conforme modelo do Anexo II deste Edital.

3.3 – A empresa detentora dos preços registrados/contratada deverá atender às regulamentações em vigor atinentes à autorização de funcionamento e/ou fornecimento de materiais, conforme sua área de atuação comercial, demonstrando regularidade perante órgãos fiscalizadores do governo ou de autarquias competentes, conforme o caso.

DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS,
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS

3.4 – No presente certame, em cumprimento da Lei Complementar 123/06, as microempresas serão identificadas pela sigla ME e as empresas de pequeno porte como EPP, empregando-se a sigla MPE para se referir a ambas genericamente.

3.5 – As licitantes que se enquadrem como MPE deverão comprovar essa condição mediante declaração (Anexo III) de que assim se enquadram, nos termos do art. 3º da Lei Complementar 123/06, com o escopo de indicar que estão aptas a fruírem dos benefícios e vantagens instituídos em lei a favor destas categorias.

3.5.1 – A não comprovação do enquadramento fiscal importará na impossibilidade de requerimento do tratamento diferenciado assegurado pela Lei Complementar 123/06.

3.6 – Será concedido tratamento favorecido para as MPEs, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei Federal 11.488/07, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar 123/06.

DISTRIBUIÇÃO DO OBJETO EM RAZÃO DO ENQUADRAMENTO FISCAL

3.7 – As cotas, se houverem, serão distribuídas conforme o art. 48 da LC 123/06, alterado pela LC 147/14:

Cota Principal – Lote/itens abertos para a participação de todos os interessados, inclusive os que se enquadrem na condição de ME e EPP e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado.

Cota Reservada – Lote/itens constituídos por até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total licitado para cada Lote/Item, aberto para participação exclusiva de ME e EPP que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado.

3.8 – Na hipótese de uma ME ou EPP sagrar-se vencedora da Cota Principal e da Cota Reservada para o mesmo item, será registrado para ambas as cotas apenas o preço menor, ou seja, é expressamente vedado que o fornecedor pratique preços distintos para o mesmo item.

DO PROCESSO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA

3.9- Nos processos que tiverem como objeto a mão de obra exclusiva (comumente denominados serviços “terceirizados”), seguindo a recomendação do Ministério Público do Trabalho, no âmbito do Procedimento nº 000470.2023.03.002/8, bem como art. 92, inciso XVII da Lei Federal n° 14.133/2021, como condição de habilitação, conforme estabelece art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021 e a Portaria Conjunta PGM/CGM Nº 01, de 27 de Agosto de 2024, deverá a empresa interessada se atentar:

3.9.1- da cota de aprendizes, consistente na obrigação de empregar e matricular nos cursos oferecidos por entidades qualificadas em formação técnico-profissional, o número de aprendizes equivalente a 5% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento), no máximo, dos(as) trabalhadores(as) existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações; e

3.9.2- das obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes ao contrato de aprendizagem.

§1º. Para os fins dispostos neste capítulo, consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional os Serviços Nacionais de Aprendizagem, bem como, supletivamente, as escolas técnicas de educação e as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§2º. Não se aplica as regras previstas no caput, as Microempresas, EPP, Empresas optantes do Simples Nacional, conforme art. 51, III da Lei Complementar 123/2006, os Microempreendedores individuais – MEI e as Entidades sem Fins Lucrativos que atuem com educação profissional.

3.9.3- Em caso de inobservância das cotas mencionadas no art. 2°, a Administração Pública abster-se-á de contratar com a empresa descumpridora, considerando o descumprimento das cotas como causa de inabilitação social e trabalhista.

4 – CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO E PARTICIPAÇÃO

4.1 – Para acesso ao sistema eletrônico, o interessado em participar do Pregão deverá dispor de chave de identificação e senha pessoal, intransferíveis e de exclusiva responsabilidade do usuário, obtidas junto à Plataforma AMM Licita.

4.2 – Caberá ao interessado proceder ao respectivo credenciamento junto ao provedor do sistema, sob sua exclusiva responsabilidade ou de seu representante legal, a partir do qual se dará a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

4.2.1 – É de responsabilidade exclusiva do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, sob pena de ensejar desclassificação no momento da habilitação em caso de incorreção.

4.3 – O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, por atos praticados diretamente ou por representante, excluindo-se a responsabilidade do provedor do sistema, do (a) Pregoeiro (a) e do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4 – Em se tratando de MPE, nos termos da Lei Complementar 123/06 e para que possam usufruir do tratamento diferenciado previsto no Capítulo V da referida lei, é necessário, quando do credenciamento, a declaração em campo próprio do sistema eletrônico, identificando-se como MPE.

4.5 – A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal do representante devidamente credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de

preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

4.5.1 – A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site: https://ammlicita.org.br/, na parte "Acessar".

4.6 – O licitante declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa; pressupondo-se o conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital mediante o encaminhamento da proposta.

4.7 – O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, não cabendo à AMM Licita responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.8 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

4.9 – Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.10 – O licitante deverá comunicar imediatamente à AMM Licita (provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

4.11 – Havendo dúvidas, sempre consultar o suporte técnico do AMM Licita, através dos canais disponibilizados pela plataforma ou pelo telefone (31) 3191-7001.

5 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 – Mediante uso de chave de acesso e senha, deverão os licitantes anexar AS PROPOSTAS DE PREÇOS, exclusivamente por meio do sistema eletrônico e até a data e horário estabelecido para abertura da sessão pública, observadas as exigências a seguir:

a) Proposta de preços conforme tópico 6 e seus subitens deste Edital;

b) Declaração conjunta (conforme modelo do Anexo II);

c) Declaração de enquadramento fiscal (conforme modelo do Anexo III);

5.2– A etapa de envio de propostas encerrar-se-á automaticamente com a abertura da sessão pública, na data e horário designados no edital.

5.3 – Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.4 – Nessa etapa não será estabelecida ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.5 – Somente após encerramento do envio de lances os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e acesso público.

5.6 – Conforme Decreto Municipal n° 13.929/2024 todos os documentos de habilitação, declarações e propostas deverão ser anexados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, portanto, os licitantes que não atenderem esta exigência serão desclassificados.

5.6.1 - A postagem no AMM Licita é obrigatória, não sendo admitido encaminhamento por e-mail ou qualquer outro meio, inclusive não serão aceitos Links de acesso como comprovação de atendimento dos documentos exigidos neste processo.

6 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 – O licitante deverá enviar sua proposta mediante preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) **Valor Unitário E Total Do Item**, de acordo com o critério de julgamento definido para o pregão;

b) Marca;

c) Fabricante;

d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência (Anexo I), indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 – O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, contados da apresentação.

6.6 – Os licitantes devem respeitar, quando houver, os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas quando participarem de licitações públicas, cujo descumprimento pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas

necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

7 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 – Para fins de habilitação no certame, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação, no prazo de 24 (Horas), contados da notificação via sistema:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

b) Cartão CNPJ;

c) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital) da sede do licitante;

d) Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho, por meio de certidão emitida pelo site www.tst.gov.br;

f) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo IV);

g) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme anexo IV;

h) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, devendo utilizar o modelo anexo a este edital;

i) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos eventuais termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.2 – Para fins de qualificação econômico-financeira, os interessados deverão apresentar:

a) A licitante deverá apresentar certidão negativa de falência ou concordata expedita pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, conforme permissivo do art. 69 II, da lei federal 14.133/2021. No caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante devera, juntamente com a certidão, sob pena de inabilitação, apresentar comprovação de que o plano de recuperação expressamente prevê a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente.

7.3 – Para fins de qualificação técnica, os interessados deverão apresentar a documentação constante do do **Item 11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR** do Termo de Referência (Anexo I), se limitando a:

7.3.1. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) experiência anterior no fornecimento de produtos compatíveis ou similares ao objeto.

7.3.1.1. A exigência observará os limites do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem requisitos excessivos ou desproporcionais.

Justificativa: Demonstrar experiência compatível com o fornecimento de dispositivos médicos, reduzindo riscos de falhas, atrasos e descontinuidade do abastecimento.

7.3.2. Regularidade Sanitária do Produto

7.3.2.1. O espaçador inalatório ofertado deverá estar regularmente autorizado perante a ANVISA, mediante registro, notificação ou outro regime aplicável, conforme seu enquadramento sanitário.

7.3.2.2. A regularidade deverá ser comprovada mediante número do registro/notificação ou documento oficial correspondente.

7.3.2.3. Caso o produto seja legalmente dispensado de registro ou notificação, deverá ser apresentada documentação oficial ou declaração do fabricante que permita comprovar a dispensa e seu fundamento normativo.

Justificativa: Garantir que o dispositivo médico esteja regularmente autorizado para comercialização e utilização no território nacional.

7.3.3. Licença ou Alvará Sanitário

7.3.3.1. A licitante deverá apresentar Licença ou Alvará Sanitário vigente, quando sua atividade estiver sujeita a esse licenciamento, admitindo-se comprovação formal de dispensa quando aplicável.

Justificativa: Comprovar a regularidade sanitária da empresa, sem impor exigência quando legalmente dispensada.

7.3.4. Autorização de Funcionamento – AFE

7.3.4.1. A licitante deverá apresentar AFE expedida pela ANVISA, quando sua atividade estiver sujeita à respectiva autorização, admitindo-se comprovação formal de dispensa quando aplicável.

Justificativa: Comprovar a regularidade da empresa para o exercício das atividades sanitárias relacionadas ao fornecimento, quando exigível.

7.4 – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, fundamentadamente arguida.

7.5- Os documentos emitidos via Internet serão considerados originais, desde que possam ser conferidos on-line. Essa é uma forma de verificar a veracidade de documentos, como certidões e atestados. Para os documentos emitidos pela ANVISA, serão considerados os que apresentarem a publicação no D.O.U ou extraídos pela Internet.

7.6- Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) se o licitante for matriz e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7 – A falsidade das declarações de que trata o item 7.1 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n° 14.133, de 2021.

7.8 – As MPEs deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/06.

7.9 - Nos termos do artigo 25 do Decreto Municipal nº 14.007/2024, o Município de Nova Lima permitirá que os licitantes utilizem Sistemas de Cadastro de Fornecedores de outros entes federados, como o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF – da União e o Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF – do Estado de Minas Gerais, em substituição às certidões exigidas para comprovação da regularidade fiscal, cadastral, de falência e junto à Justiça do Trabalho. Caso o licitante opte por utilizar tais sistemas, deverá apresentar documento hábil que comprove sua inscrição e situação regular no respectivo cadastro.

8 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2 – O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência (Anexo I).

8.2.1 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, desprezando-se as desclassificadas.

8.4 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

DISPUTA DE LANCES

8.5 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1 – O lance deverá ser ofertado pelo Menor Preço POR ITEM, conforme o critério de julgamento determinado para o Pregão.

8.6 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital, desde que de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.8 – O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será definido pelo Pregoeiro(a) e comunicado aos licitantes no início da sessão, adotando critérios de razoabilidade para que implique repercussão financeira que efetivamente diferencie uma proposta da outra.

8.9 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.10 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.11 – Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.12 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação do instrumento convocatório.

REGRAS RELATIVAS AOS MODOS DE DISPUTA

8.13 – O presente pregão eletrônico tem como Modo de Disputa o sistema ABERTO, que será regido pelas normas a seguir elencadas:

PARA MODO DE DISPUTA ABERTO:

8.14 – Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.15 – A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema por dois minutos quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública, sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.16 – Não havendo novos lances na forma estabelecida no item anterior, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.17 – Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS E EMPATE FICTO

8.18 – O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO POR ITEM, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.19 – Em relação à participação de MPE, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MPEs participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/06.

8.20 – Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa – ME, micro empreendedor individual (MEI) ou empresa de pequeno porte – EPP e houver proposta apresentada por ME, MEI ou EPP até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº. 123/2006.

8.21 – A proposta melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate.

8.22 – Caso a MPE melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes MPE que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MPE que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances.

8.25 – A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis e será declarado vencedor a LICITANTE que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e que **OFERTAR O MENOR PREÇO POR ITEM.**

EM CASO DE EMPATE

8.26 – Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), aplicando-se como critério de desempate o previsto no art. 60 da Lei Federal 14.133/2021:

> Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
>
> I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
>
> II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
>
> III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
>
> IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
>
> § 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
>
> I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
>
> II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º As regras previstas no caput deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.27 – Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

NEGOCIAÇÃO

8.28 – Definido o resultado do julgamento da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) irá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida proposta mais vantajosa, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, sendo vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.29 – A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.30 – A negociação será conduzida por pregoeiro, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.31 – O credenciamento do licitante no sistema eletrônico de licitação (AMM Licita), suprirá a sua assinatura no termo de proposta ajustada que será gerada automaticamente, após a fase de negociação de que trata o item 8.28.

9 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 – Encerrada a etapa de negociação o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, observando-se o critério de julgamento estabelecido e a satisfação de todas as exigências para habilitação.

9.2 – Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.2.1. – contiver vícios insanáveis;

9.2.2. – não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.2.3. – apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.2.4. – não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.2.5. – apresentar desconformidade com quaisquer exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.3.1 – Em caso de proposta aparentemente inexequível, será oportunizado ao proponente comprovar a exequibilidade do valor ofertado na proposta, sob pena de aplicações das sanções cabíveis em caso de comprovação posterior da inexequibilidade.

9.3.2 – Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo estimado, determinado por normas de regências ou que apresentar preço manifestamente inexequível, assim considerada como aquela em que os preços global ou unitários sejam simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração

9.4 – Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.5 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de proposta, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.6 – Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará proposta ou lance subsequente, sucessivamente, na ordem de classificação, podendo encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.6.1 – Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.6.2 – A negociação será realizada via sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.7 – Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

9.8 – Nos itens não exclusivos para a participação de MPEs, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.9 – Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.10 – Da sessão pública do Pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas,

na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

9.11 – A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação, acerca do objeto, ser esclarecida previamente junto ao Pregoeiro.

9.12 – Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

9.13 – O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

10 – DA EXIGÊNCIA E ANÁLISE DAS AMOSTRAS

10.1 – Nos termos do art. 17, §3°, artigo 41, inciso II da Lei n. 14.133/21, o licitante será convocado para a apresentação da amostra, se houver, nos termos do **ITEM 5.2 AMOSTRA / LAUDO TÉCNICO / PROVA DE CONCEITO** do Termo de Referência (Anexo I).

11 – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

11.1 – A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

11.2 – O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

11.3 – Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

11.4 – Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste Edital, será inabilitado, e o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e procederá à habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente, se necessário, até apuração de uma proposta que atenda ao Edital, para declarar o licitante vencedor.

11.5 – Nos itens não exclusivos a MPE, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.6 – Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.7 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

a) **se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou**

b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.8 – Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.9 – Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como MPE deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.9.1 – A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

11.9.2 – Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como MPE, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o mesmo será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.9.3 – A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra MPE ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.10 – Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.

11.11 – Na hipótese de documento que não contenham expressamente o prazo de validade, deverá estar acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua emissão

12 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 – A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, devendo ser redigida em língua portuguesa ou digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo licitante ou seu representante legal, contendo a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2 – Proposta final ficará documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da Ata de Registro de Preços e eventualmente do contrato dela decorrente e aplicação de eventual sanção à contratada, se for o caso.

12.3 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.4 – Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no Art. 52 da Lei nº 14.133/2021

12.4.1 – Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.5 – A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

12.6 – A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.7 – Havendo divergência entre a proposta vencedora encaminhada via sistema e a proposta final encaminhada, o licitante vencedor deverá ser notificado para que encaminhe nova proposta, nos mesmos termos do item 12.1, adequando as informações divergentes.

12.8 – Em caso de proposta reajustada, em que for a hipótese de desconto linear, o credenciamento do licitante no sistema eletrônico de licitação utilizado pelo Município suprirá a sua assinatura no termo de proposta ajustada que será gerada automaticamente, após a fase de negociação, conforme Decreto Municipal n. 13.929/2024.

12.9 – A recusa injustificada do licitante vencedor em encaminhar a proposta final formalizada será considerada infração administrativa, podendo ser punida nos termos do item **21 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** deste edital.

13 – DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 24 (vinte) horas.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio da plataforma.

13.11. – A decisão proferida em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, mediante publicação no sítios eletrônicos do município.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos eventuais recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para que seja adjudicado o objeto ao licitante declarado vencedor e homologada a licitação.

15 – DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

15.1 – Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

15.2 – A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **pregao.eletronico@pnl.mg.gov.br**.

15.2.1 – Caso a impugnação seja enviada de forma eletrônica conforme previsto no item acima, recomenda-se que a requerente faça contato telefônico para confirmar seu recebimento, pelo telefone (31) 3180-5822 // (31) 3180-5824 (31) // (31) 3180- 5823 // 98648-1256.

15.3 – Caberá ao(à) Pregoeiro (a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência da Secretaria Requisitante e seus anexos, responder aos pedidos de esclarecimentos e decidir sobre a impugnação apresentada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia anterior à data da abertura do certame.

15.4 – Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.4.1 – A data para realização do certame será mantida caso a modificação oriunda do acolhimento da impugnação não afetar a formulação das propostas.

15.5 – Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro (a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital ou pelo e-mail **pregao.eletronico@pnl.mg.gov.br**.

15.6 – O (A) Pregoeiro (a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis elaboração do Termo de Referência da Secretaria Requisitante.

15.7 – As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.7.1 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

15.8 – As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

16 – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – O certame processado no Sistema de registro de preços observará o seguinte:

16.1.1. – É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

16.1.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

16.1.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

16..1.4. O órgão ou a entidade gerenciadora somente responde pelos atos relativos à adesão da ata de registro de preços, não lhe competindo o monitoramento e a administração dos atos posteriores ao deferimento do pedido de adesão.

16.5. Ao órgão ou à entidade não participante, em relação às suas contratações, competem os atos relativos:

16.6.1. ao acompanhamento dos preços e marcas registrados no site do Município de Nova Lima, para verificação de possíveis alterações;

16.6.2. à cobrança do cumprimento pelo contratado das obrigações assumidas;

16.6.3. à aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais;

16.6.4. à comunicação, ao órgão gerenciador, da aplicação de penalidades no âmbito da contratação decorrente da ata de registro de preços.

17 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 – Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços (conforme minuta do Anexo VIII), sob pena de decair do direito à contratação sem prejuízo das sanções PREVISTAS NA Lei nº 14.133/2021.

17.1.1. – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração, nos termos do Decreto Municipal n° 13.749/2023.

17.1.2. - A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

17.2 – Alternativamente, a Administração poderá convocar o adjudicatário para comparecer perante o órgão para a assinatura da Ata de Registro de Preços ou poderá encaminhá-la mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento, cujo prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a juízo da Administração, quando solicitado pelo adjudicatário antes de seu término.

17.3 – Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência (Anexo I), com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.4 – O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

17.5 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

17.6 – A Administração monitorará os preços registrados, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, conforme regramento previsto no Decreto Municipal nº 13.749/2023.

17.7 – O órgão convocará o interessado para, a cada contratação, no prazo de 10(dez) dias úteis, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços:

a) efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente; ou

b) assinar o contrato.

17.8 – Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

17.9 – Até a assinatura da Ata de Registro de Preços, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Administração tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento, podendo convocar licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

17.10 - A Ata de Registro de Preços a ser firmada em decorrência desta licitação poderá ser cancelada pela Administração a qualquer tempo independente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos artigos 137 e 155 da Lei Federal 14.133/2021.

18 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1 - Após a homologação da licitação, será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o seguinte registro para fins de formação de cadastro reserva:

18.1.1- dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a ordem de classificação na licitação;

18.1.2- dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

18.2- Será assegurada nas contratações a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na Ata de Registro de Preços.

18.2.1- O registro para a formação do cadastro reserva na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao (s) licitante (s) mais bem classificado (s).

18.2.2- Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

18.3- A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18.3.1- quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital;

18.3.2 - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no art. 31 do Decreto nº 13.749/2023

18.4- Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário aceitar a contratação nos termos do disposto no caput deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

18.4.1- convocar os licitantes que optaram por manter sua proposta original, para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

18.4.2- adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.5- A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

18.6- O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

19 – DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO E ATUALIZAÇÕES DE PREÇOS REGISTRADOS E SUBSTITUIÇÃO DE MARCA

19.1 – Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

19.1.1 – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou;

19.1.2 – em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

19.2 – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

19.2.1 – Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

19.2.2 – Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do §1º do art. 24 do Decreto Municipal nº 13.749/2023, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no parágrafo único do art. 18 do Decreto Municipal nº 13.749/2023.

19.2.3 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do art. 31, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19.2.4 – Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador atualizará o preço registrado e comunicará aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

19.2.5 – No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

19.2.5.1 – Para fins do disposto item anterior, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

19.2.5.2 – Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do art. 31 do Decreto Municipal nº 13.749/2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

19.2.5.3 – Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 19.2.5.2, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no parágrafo único do art. 18 do Decreto Municipal nº 13.749/2023.

19.2.5.4 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do art. 31 do Decreto Municipal nº 13.749/2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19.2.5.5 – Na hipótese de comprovação do disposto no item 19.2.5 e no 19.2.5.1, o gerenciador procederá a atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

19.2.5.6 – Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades participantes que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

19.2.6 – Em qualquer caso, redução do preço de mercado ou fato que eleve os custos dos serviços ou bens registrados, a revisão aplicada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época.

19.2.6.1 – Aplica-se as disposições do item acima aos materiais ou serviços tabelados oficialmente por órgãos competentes.

19.2.6.2 – O preço de mercado será obtido com base nos parâmetros estabelecidos no artigo 23 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

19.2.6.3 – Cabe ao órgão gerenciador realizar os procedimentos para alteração de valores durante a vigência da ata.

19.2.7 – A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

19.2.8 – A alteração de preço deverá ser publicizada nos termos da legislação vigente.

19.2.9 – Para as atas de registro de preços que contemplem itens referentes às cotas principais e cotas reservadas, sendo detentoras pessoas jurídicas distintas, a execução das atas pelos órgãos ou pelas entidades participantes se dará, preferencialmente, de forma simultânea.

19.2.10 – A ata de registro de preços poderá ser alterada para a substituição de marca nas condições previstas no edital e na legislação vigente.

19.2.10.1 – por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, se comprovado que a marca não mais atende às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável;

19.2.10.2 – por requerimento do fornecedor, que deve ser apreciado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, em hipótese que comprove a impossibilidade de fornecimento ou prestação do serviço.

19.2.10.3 – O órgão ou a entidade gerenciadora somente poderá aquiescer com a substituição requerida pelo fornecedor se comprovadamente houver igualdade de condições ou vantagem para o interesse público.

19.2.10.4 – A substituição de marca deverá ser obrigatoriamente publicizada nos termos da legislação vigente.

20 – DA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO PELA ADMINISTRAÇÃO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1- Os contratos celebrados em decorrência do registro de preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal nº **14.133**,de 1º de abril de 2021, e no Decreto Municipal nº 13.749/2023, e deverão ser formalizados e assinados dentro do prazo de vigência da ARP.

20.2- Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em Lei e no edital da licitação, inclusive quanto aos acréscimos de que tratam os arts. 124 a 136, da Lei Federal nº **14.133/2021**, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

20.3- A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido nos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº **14.133/2021.**

20.4- Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados em até 10(dez) dias úteis da sua assinatura no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

20.5- O fornecedor da ata de registro de preços se obriga a atender às solicitações que lhe forem apresentadas nos termos contratados.

20.6- Quando o critério de julgamento for o de maior desconto sobre tabela de preços referenciada, as contratações derivadas da ata de registro de preços poderão observar,

conforme previsão no edital, as variações da tabela adotada, respeitando-se o percentual de desconto, quando identificada alta volatilidade nos preços de mercado.

21 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 – Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 e art. 3º e seguintes do Decreto Municipal nº 13.518/2023, quais sejam:

I – Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato;

II – Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – Der causa à inexecução total do contrato;

IV – Deixar de entregar a documentação exigida;

V – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justiçado;

VI – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII – Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei Federal n. 12.846, de 1° de agosto de 2013.

21.2. – Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, nos termos do Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023:

21.2.1. – Advertência;

21.2.2. – Multa;

21.2.3. – Impedimento de licitar e contratar;

21.2.4. – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3. – Em caso de inexecução parcial do contrato será aplicada exclusivamente a sanção de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.4 – A sanção de multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal n. 14.133/21 será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

21.4.1. – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023.

21.4.2. – A aplicação de multa compensatória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.1333/21.

21.4.3. – Será aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou ao contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, na forma do artigo 10 do Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023.

21.4.4. – Será aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

21.4.5. – O valor das multas aplicadas deverá ser executado na forma do art. 58, do Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023.

21.5. – A sanção prevista de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.5.1. A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação de sanção de impedimento de licitar e contratar.

21.6. – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.7. – As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

21.8 – A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.9 – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e no Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023.

21.10 – Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.11 – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

21.12 – Outras sanções por atos praticados no decorrer da contratação poderão estar previstas no Termo de Referência.

22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1 – As despesas decorrentes deste registro correrão pela dotação orçamentária nº: Dotação: 12.002.10.303.0104.2130. Elemento(s) de despesa(s): 3.3.90.30, não estando a(s) mesma(s) vinculada(s) a(s) despesa(s) antes da contratação ou da ordem de fornecimento, por se tratar de licitação no sistema de registro de preços.

23 – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

23.1 – O prazo para início do fornecimento será de 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura da ata de registro de preços/contrato, e o prazo do fornecimento será de 15 (quinze) dias corridos contados da data do recebimento da ordem de fornecimento.

24 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

24.1 – O objeto contratado será recebido nos termos previstos no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e art. 12 do Decreto Municipal nº 12.967/2023, no endereço Rua Padre João Marcelino, nº 110, Bairro Oswaldo Barbosa Pena, Nova Lima/MG, CEP 34002-104, telefone (31) 8060-6071, para análise do Fiscal de Contrato.

24.3 – O prazo de entrega será de 15 (quinze) dias corridos a contar da data de recebimento da ordem de fornecimento.

24.4 – A nota fiscal/fatura, sem qualquer rasura, deve ser emitida pela empresa, em nome da Prefeitura Municipal de Nova Lima e deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

25 – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

25.1 – O valor a ser pago, será apurado através das requisições emitidas e devidamente atendidas pelo Contratado.

25.2 – O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Nova Lima no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento do objeto e da(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondentes, acompanhada(s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

25.3 – A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos em sistema próprio, conforme dispõe o art. 2 do decreto municipal 15.294 de 06 de fevereiro de 2025, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

25.3.1 – O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, suspenderá os prazos de liquidação.

25.3.2 – O prazo para envio dos documentos para liquidação para a SEMFA é de no máximo 10 (dez) dias corridos após o recebimento deles pelas secretarias contratantes, conforme dispõe o art. 1º do decreto 15.294, de fevereiro de 2025.

25.3.3- Cabe a SEMFA o processamento do pagamento das despesas realizadas no âmbito do Poder Executivo, no prazo de 10 (dez) dias corridos da liquidação, conforme art. 3º do decreto 15.294, de fevereiro de 2025.

25.4 – Para efeito de pagamento, a detentora dos preços registrados/contratada deverá emitir nota fiscal onde conste os dados bancários, assim como apresentar as Certidões Negativas de Débito perante a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, além daquelas relativas ao FGTS e Débitos Trabalhistas – CNDT.

25.5 – O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo ao contratado manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

25.6 – Não será efetuado qualquer pagamento ao **CONTRATADO** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

25.7 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pelo Município, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em

que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{TX / 100}{30}$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

26 – DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

26.1 – Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá determinar a revogar da licitação por motivo de conveniência e oportunidade ou proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

26.2 – Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

26.3 – O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

26.4 – Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

26.5 – A Administração poderá adiar a licitação ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caibam aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

27 – INFORMAÇÕES E ELEMENTOS ESCLARECEDORES DA LICITAÇÃO

27.1 – O licitante interessado em participar deste certame deverá fazer o seu credenciamento junto à Plataforma AMM Licita, podendo obter informações pela internet, no endereço https://ammlicita.org.br/.

27.2 – O licitante apto a participar do certame deverá confirmar durante o envio das propostas, em campo específico do sistema, que cumprirá plenamente os requisitos de habilitação contidos neste Edital.

27.3 – O Licitante poderá obter, junto à AMM Licita, toda e qualquer informação necessária para a sua participação no presente certame, devendo informar à Prefeitura Municipal de Nova Lima, através do e-mail **pregao.eletronico@pnl.mg.gov.br**, qualquer negativa de atendimento por parte do suporte técnico da Plataforma AMM Licita.

27.4 – Para acesso ao sistema eletrônico os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal obtidas junto à Plataforma AMM Licita.

27.5 – O valor inicial dos lances corresponderá ao menor preço ofertado na abertura das propostas.

28 – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

28.1. Nos termos do art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, em *06/08/2026.*

28.1.1. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo por força de determinação governamental, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

28.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

28.1.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

28.1.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

28.1.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento seja extinto ou, de qualquer forma, deixe de poder ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então vigente.

28.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços remanescentes, mediante termo aditivo.

28.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento, nos termos do art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

29 – DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1 – O certame será conduzido por pregoeiro, Agente de Contratação competente para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, conforme as atribuições previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 12.967/2023.

29.2 – No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

29.3 – É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de informação ou documentos que deveriam constar originalmente na proposta ou habilitação.

29.4 – Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e encaminhamento de suas propostas e lances.

29.5 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

29.6 –Os prazos previstos neste edital serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições do art. 183 da Lei nº 14.133/2021.

29.7 – Após abertura da sessão virtual do certame não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, por decisão fundamentada.

29.8 – Ao final da sessão o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual haverá a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública.

29.9 – Caso este Edital seja republicado, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo o credenciamento dos licitantes e, em caso de retificação do Edital, apenas o credenciamento continua valendo.

29.10 – A empresa contratada ou detentora da ARP não poderá ceder ou caucionar os direitos creditórios oriundos do contrato objeto desta licitação, em quaisquer operações financeiras, sem a prévia e expressa anuência da administração municipal.

29.11 – Havendo divergência entre os termos do Edital e os constantes do respectivo instrumento contratual e demais anexos vinculados ao ato convocatório, prevalecerão as disposições deste, cuja correção deverá ser efetuada em momento oportuno, conforme disposto em lei.

29.12 – É vedada a subcontratação da totalidade do objeto principal desta licitação.

29.13 – O Edital, planilhas, anexos, Termo de Referência e toda documentação da licitação são complementares entre si.

29.14 – Qualquer medida judicial oriunda desta licitação será processada na Comarca de Nova Lima/MG, com expressa renúncia de qualquer outra, por mais privilegiada que seja.

29.15 – Constituem anexos do Edital, dele fazendo parte:

Anexo I - Termo de Referência e seus anexos;

Anexo II – Modelo de declaração conjunta sobre atendimento às condições de participação;

Anexo III – Modelo de declaração de enquadramento fiscal;

Anexo IV – Modelos de declarações que não emprega menor e declaração de fato superveniente

Anexo V – Modelo proposta comercial;

Anexo VI – Declaração de integralidade dos custos;

Anexo VII – Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para a reabilitação da previdência social.

Anexo VIII- Minuta de ata de registro de preços;

Anexo IX- Minuta de Contrato;

29.16 – O desatendimento de exigências formais e não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições de suas qualificações e as exatas compreensões de sua proposta, não fira os princípios constitucionais e preserve o interesse público.

29.17 – O presente Edital está sujeito a eventuais alterações, cabendo às empresas interessadas acompanhar eventuais divulgações pelos mesmos meios de sua divulgação inicial, durante todo o trâmite do processo licitatório até a data de abertura do certame.

29.17.1 – Além da necessidade divulgação pelos mesmos meios da divulgação inicial, deverão ser observados os mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

29.18 – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.19 – Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Administração Municipal, observados os princípios basilares e demais normas contidas na Lei 14.133/2021 e nos Decretos Municipais nº 12.967/23; 12.968/23; 13.518/23, 13.588/2023, 13.749/2023, 13.929/2023, 13.966/2024.

Nova Lima, 04 de novembro de 2026.

THIAGO OLIVEIRA FRANCO CANÇADO
SUBSECRETÁRIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

HENRIQUE APARECIDO PIMENTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 346/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1-DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO;

1.1 Objeto:

Constitui objeto deste instrumento a aquisição futura e parcelada de espaçadores para uso na administração de medicamentos por via inalatória, destinados ao ressuprimento da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e ao atendimento das unidades da Rede Municipal de Saúde – SUS, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Termo de Referência

1.2 Trata-se da Natureza:

Bem comum. Os dispositivos médicos possuem padrões de qualidade e desempenho objetivamente definidos e estão disponíveis no mercado, conforme art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021 e art. 3º, inciso I, do Decreto nº 13.929/2024. Não se caracterizam como bens de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 12.968/2023.

1.3 Quantitativos:

A estimativa dos quantitativos foi elaborada com base no histórico de consumo dos espaçadores para administração de medicamentos por via inalatória, considerando os dados levantados pela Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF e a demanda das unidades e serviços da Rede Municipal de Saúde de Nova Lima, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar.

A definição dos quantitativos considerou o caráter contínuo e recorrente da utilização desses dispositivos, bem como a necessidade de manutenção dos estoques da CAF para assegurar o atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Foram considerados os diferentes modelos de espaçadores, de acordo com a demanda identificada para cada grupo de usuários, compreendendo:

- Espaçador para medicação inalatória Baby (0 a 2 anos);
- Espaçador para medicação inalatória Baby (2 a 12 anos);
- Espaçador para medicação inalatória Adolescente/Adulto (acima de 12 anos).

A estimativa foi realizada para o período de 12 (doze) meses, utilizando-se como referência o Consumo Médio Mensal – CMM de cada item, apurado a partir dos dados de consumo da CAF.

Para proporcionar maior segurança ao planejamento e reduzir o risco de desabastecimento, foi aplicada margem técnica de segurança de 30% sobre o consumo anual estimado, considerando possíveis oscilações da demanda decorrentes de fatores epidemiológicos, sazonais, alterações no número de usuários atendidos e mudanças no perfil assistencial da população.

A metodologia utilizada foi:

CMM × 12 meses = consumo anual estimado

Consumo anual estimado + 30% de margem técnica = quantitativo estimado para contratação

A margem técnica possui caráter exclusivamente estimativo e preventivo e não representa obrigação de aquisição integral pela Administração. As solicitações serão realizadas de forma parcelada, mediante demanda efetiva da Rede Municipal de Saúde, disponibilidade dos estoques da CAF e observância das condições estabelecidas no edital e na respectiva Ata de Registro de Preços.

Memória de cálculo da Estimativa de Quantidade total

Numero	Item	Unid. Medida	Consumo médio mensal (CMM)	Quant. Anual (12 x meses)	Margem técnica (30%)	Quantidade total estimado
1	**ESPAÇADOR PARA MEDICAÇÃO INALATÓRIA BABY (0 - 2 ANOS)**	UN	51,28	615,38	183,62	800
2	**ESPAÇADOR PARA MEDICAÇÃO INALATÓRIA INFANTIL (2- 12 ANOS)**	UN	97,44	1.169,23	350,77	1520
3	**ESPAÇADOR PARA MEDICAÇÃO IANALATÓRIA ADOLESCENTE/ADULTO (ACIMA DE 12 ANOS)**	UN	116,67	1400	420	1820

Quantidade Total estimado 4.140 unidades

Numero	Item	Unid. Medida	Consumo médio mensal (CMM)	Quant. Anual (12 x meses)	Margem técnica (30%)	Quantidade total estimado
1	**ESPAÇADOR PARA MEDICAÇÃO INALATÓRIA BABY (0 - 2 ANOS)**	UN	51,28	615,38	183,62	800
2	**ESPAÇADOR PARA MEDICAÇÃO INALATÓRIA INFANTIL (2- 12 ANOS)**	UN	97,44	1.169,23	350,77	1520
3	**ESPAÇADOR PARA MEDICAÇÃO IANALATÓRIA ADOLESCENTE/ADULTO (ACIMA DE 12 ANOS)**	UN	116,67	1400	420	1820

Observação: os quantitativos foram arredondados para números inteiros, resultando em uma estimativa total de 4.140 unidades.

JUSTIFICATIVA

A definição dos quantitativos fundamenta-se nos dados de consumo levantados pela Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, considerando a demanda histórica e a necessidade de reposição dos estoques para atendimento das unidades da Rede Municipal de Saúde.

A aplicação da margem técnica de 30% busca proporcionar maior segurança ao planejamento da contratação diante da impossibilidade de prever com exatidão o comportamento da demanda durante o período de vigência da futura Ata de Registro de Preços. Essa margem permite reduzir o risco de desabastecimento, especialmente diante de possíveis variações no consumo e da necessidade de atendimento contínuo dos usuários.

A utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP, com fornecimento parcelado, mostra-se adequada ao caráter variável da demanda, permitindo que as aquisições sejam realizadas conforme a necessidade efetivamente verificada pela Administração, evitando compras antecipadas ou excessivas e proporcionando melhor controle dos estoques da CAF.

Os quantitativos estimados não constituem obrigação de aquisição integral pela Administração, servindo como referência para o planejamento da contratação e para o dimensionamento do objeto. As futuras solicitações deverão observar a necessidade efetiva da Rede Municipal de Saúde, a disponibilidade orçamentária e as condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços.

Não foram identificadas, para fins desta estimativa, contratações correlatas ou interdependentes cuja execução seja necessária para a utilização dos espaçadores ou que altere de forma significativa os quantitativos definidos.

A memória de cálculo e os documentos que fundamentaram os respectivos Consumos Médios Mensais – CMM deverão permanecer juntados aos autos do processo, permitindo a verificação dos dados utilizados e a rastreabilidade da metodologia adotada.

Dessa forma, os quantitativos estimados de 4.140 unidades encontram-se fundamentados em dados objetivos de consumo, projeção para 12 meses e aplicação de margem técnica de segurança, atendendo à necessidade de planejamento da contratação e às disposições do art. 18, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 5º, inciso VI, do Decreto Municipal nº 13.966/2024.

1.4 Exclusividade ME – Micro Empresa / EPP – Empresa de Pequeno Porte:

SE APLICA – Nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a licitação será exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) em relação ao Item 1 (Espaçador para medicação inalatória Baby – 0 a 2 anos), cujo valor estimado é inferior ao limite de R$ 80.000,00 previsto no referido dispositivo legal.

Os Itens 2 e 3, por possuírem valores estimados superiores a R$ 80.000,00, não se enquadram na exclusividade e serão de ampla concorrência.

1.5. RESERVA DE COTA - Benefício ME – Micro Empresa/EPP – Empresa de Pequeno Porte:

Em atendimento ao apontamento, foi analisada a aplicabilidade da reserva de cota de até 25%, prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

Embora os itens da presente contratação sejam tecnicamente parceláveis, conforme demonstrado no ETP, a aplicação da cota reservada deverá ser afastada caso reste demonstrado nos autos que não há, no mínimo, três fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP capazes de atender às exigências da contratação, ou que a aplicação do benefício não se mostra vantajosa para a Administração, nos termos do art. 49, incisos II e III, da LC nº 123/2006.

Considerando as especificações técnicas e sanitárias dos espaçadores, a necessidade de garantir o abastecimento contínuo da Rede Municipal de Saúde e a busca pela proposta mais vantajosa, justifica-se a não aplicação da reserva de cota de 25%, desde que devidamente comprovada nos autos a ocorrência das hipóteses excepcionais previstas no art. 49 da LC nº 123/2006.

A medida visa preservar a competitividade, a economicidade e a eficiência da contratação, sem afastar a participação de ME/EPP no certame, observados os demais benefícios legalmente assegurados.

1.6 Serviço e Fornecimento contínuo

TRATA-SE de fornecimento contínuo, conforme art. 6º, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que os espaçadores para medicação inalatória são de consumo permanente e recorrente pela Rede Municipal de Saúde, destinados ao ressuprimento contínuo da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF).

Justificativa para uso do SRP: A contratação enquadra-se no art. 3º do Decreto Municipal nº 13.749/2023, em razão da impossibilidade de definição prévia e precisa do quantitativo a ser demandado (variação da demanda assistencial), da necessidade de aquisições parceladas e frequentes conforme a real necessidade de reposição de estoque da CAF, e da possibilidade de atendimento a diversas unidades da Rede Municipal de Saúde, gerando economia de escala e evitando estoques excessivos.

Não haverá formalização de contrato/empenho com o quantitativo total inicialmente licitado, sendo as aquisições realizadas de forma fracionada ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços. O objeto não se enquadra nas hipóteses de vedação ao SRP, pois não se trata de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, mas de fornecimento de bens com quantitativos variáveis e incertos.

1.7 Regime de execução (APENAS PARA OBRAS E SERVIÇOS)

Não se aplica

1.7.1- O REGIME DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO SERÁ:

O objeto trata-se de aquisição de bens, não de obra ou serviço, não havendo enquadramento em nenhum dos regimes de execução previstos para contratação indireta.

1.8. Contato do responsável:

Viviane Scoralick Serretti Jardim, viviane.jardim@pnl.mg.gov.br, tel: (31)3180-8790.

1.9. Parcelamento do objeto

Os produtos a serem adquiridos foram parcelados, na forma do art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a viabilidade técnica e a economicidade da divisão do objeto, conforme análise constante no Estudo Técnico Preliminar.

O objeto — espaçadores para administração de medicamentos por via inalatória — é divisível, composto por itens autônomos destinados a diferentes faixas etárias (Baby, Infantil e Adolescente/Adulto), sem interdependência técnica entre si, o que permite fornecimento e utilização independentes.

O parcelamento amplia a competitividade do certame, favorece a participação de fornecedores especializados em itens específicos — inclusive microempresas e empresas de pequeno porte —, contribui para a redução dos preços unitários e reduz a dependência da Administração em relação a um único fornecedor. Não se identifica perda relevante de economia de escala, uma vez que a contratação será operacionalizada por meio de Ata de Registro de Preços, com fornecimento fracionado conforme a demanda efetiva.

Dessa forma, conclui-se pela adequação técnica e econômica do parcelamento, devendo a contratação ser realizada por itens, com critério de julgamento de menor preço por item, nos termos dos arts. 40 e 47 da Lei nº 14.133/2021.

2- Do Cabimento do Registro De Preços

A contratação de espaçadores para administração de medicamentos por via inalatória será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos do art. 3º do Decreto Municipal nº 13.749/2023.

A adoção do SRP é adequada por se tratar de material de consumo de utilização contínua, cuja demanda pode variar ao longo do período. O fornecimento poderá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da CAF e das unidades da Rede Municipal de Saúde, evitando estoques excessivos, desperdícios e aquisições antecipadas.

O SRP também permite adequar as aquisições às variações de demanda, disponibilidade orçamentária e necessidade de reposição dos estoques, sem obrigar a Administração a adquirir integralmente os quantitativos estimados.

Nos termos do art. 13 do Decreto Municipal nº 13.749/2023, não serão admitidos preços diferentes para o mesmo item em razão do local de entrega, armazenamento, tamanho do lote ou outras condições relacionadas ao fornecimento. Também não será permitida proposta com quantidade inferior ao quantitativo máximo previsto no edital.

A Ata de Registro de Preços terá como único contratante o Município de Nova Lima, razão pela qual fica dispensada a realização de procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, conforme o § 1º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e o § 2º do art. 8º do Decreto Municipal nº 13.749/2023.

CONCLUSÃO

A adoção do SRP mostra-se viável, adequada e vantajosa, permitindo o fornecimento parcelado conforme a necessidade efetiva da Rede Municipal de Saúde, contribuindo para a manutenção dos estoques da CAF, a continuidade da assistência aos usuários do SUS e a utilização eficiente dos recursos públicos.

A contratação deverá observar os requisitos técnicos, administrativos, orçamentários e legais aplicáveis, especialmente o art. 18, § 1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021 e o art. 5º, inciso XIII, do Decreto Municipal nº 13.966/2024.

2.1. Definição do período de validade do registro de preços:

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data da última assinatura eletrônica das partes, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Vigência do contrato

Considerando que a contratação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição parcelada de dispositivos médicos do tipo espaçador para administração de medicamentos por via inalatória, com fornecimento fracionado conforme a demanda da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e das unidades da Rede Municipal de Saúde – SUS, e condicionado ao consumo regular decorrente da assistência farmacêutica e do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, entende-se

adequada a fixação de vigência da Ata de Registro de Preços em 12 (doze) meses, permitindo a execução integral das entregas parceladas, o recebimento provisório e definitivo dos itens, a verificação da conformidade técnica dos dispositivos e demais obrigações acessórias previstas neste Termo de Referência.

2.2.1. Assinatura eletrônica

As partes firmam o presente contrato por meio de assinatura eletrônica, com plena validade jurídica, nos termos da Lei nº 14.063/2020, o qual terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da última assinatura eletrônica, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/2021, quando cabível.

3-FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação da presente contratação encontra-se expressa no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no qual são apresentados o diagnóstico da necessidade, os requisitos da solução, o levantamento de mercado, a justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços e os demais elementos que demonstram a necessidade da aquisição.

Verificou-se a necessidade de manter o estoque de espaçadores para administração de medicamentos por via inalatória disponível na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), para atendimento das unidades da Rede Municipal de Saúde e dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. A disponibilidade desses dispositivos é importante para auxiliar na administração adequada de medicamentos inalatórios, especialmente para crianças e pacientes que apresentam dificuldade na utilização dos dispositivos de inalação.

A contratação tem como público-alvo os usuários da Rede Municipal de Saúde, especialmente aqueles que necessitam de medicamentos administrados por via inalatória, beneficiando também os profissionais de saúde responsáveis pela orientação e acompanhamento dos pacientes.

A aquisição é necessária para assegurar o abastecimento regular da rede, evitar a falta dos dispositivos e garantir a continuidade da assistência prestada aos usuários do SUS. A ausência ou insuficiência desses materiais pode comprometer a adequada administração dos medicamentos e prejudicar o atendimento aos pacientes que deles necessitam.

A solução proposta consiste na aquisição parcelada dos espaçadores, conforme a demanda da Rede Municipal de Saúde, permitindo o ressuprimento da CAF de forma planejada e compatível com o consumo, evitando estoques excessivos, perdas e desabastecimento.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da necessidade variável e parcelada dos produtos, possibilitando que as aquisições sejam realizadas conforme a demanda efetiva das unidades de saúde e a disponibilidade da Administração.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e relevante para garantir a continuidade das ações de saúde, o adequado atendimento aos usuários do SUS e a disponibilidade dos dispositivos necessários à administração de medicamentos por via inalatória, contribuindo para a qualidade da assistência e para o uso eficiente dos recursos públicos.

4-DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução consiste na eventual e futura aquisição parcelada de dispositivos médicos do tipo espaçador para administração de medicamentos por via inalatória**,** mediante Sistema de Registro de Preços – SRP, destinados ao ressuprimento da Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF e ao atendimento das unidades da Rede Municipal de Saúde – SUS.

O fornecimento será realizado conforme a necessidade da Administração, incluindo transporte, acondicionamento e entrega dos produtos, bem como todos os componentes e acessórios necessários ao seu funcionamento.

Os espaçadores deverão atender integralmente às especificações deste Termo de Referência, sendo novos, de primeiro uso, íntegros e fornecidos em embalagem original, devidamente identificados e em condições adequadas de conservação.

Os produtos deverão possuir, conforme especificação de cada item, encaixe universal, reservatório rígido em alumínio, bocal com válvula unidirecional e máscara flexível, além dos demais requisitos técnicos estabelecidos.

Deverão possuir situação regular perante a ANVISA, quando exigível, e atender às demais exigências sanitárias aplicáveis. Quando legalmente exigidos em razão da atividade exercida pelo fornecedor, deverão ser apresentados a Licença ou Alvará Sanitário e a Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE.

A aquisição parcelada permitirá adequar o fornecimento ao consumo efetivo da Rede Municipal de Saúde, melhorar o controle dos estoques da CAF e evitar aquisições antecipadas ou excessivas.

REQUISITOS DOS PRODUTOS E DO FORNECIMENTO

Os produtos deverão:

- ser novos, de primeiro uso e fornecidos em embalagem original e íntegra;
- atender integralmente às especificações técnicas do Termo de Referência;
- possuir, quando previsto, encaixe universal, reservatório rígido em alumínio, bocal com válvula unidirecional e máscara flexível;
- apresentar identificação, rotulagem e informações de uso em língua portuguesa;
- possuir regularização sanitária perante a ANVISA, quando exigível;
- atender às condições de armazenamento, conservação e transporte estabelecidas pelo fabricante e pela legislação vigente;

- conter os componentes e acessórios necessários ao funcionamento, conforme especificação do item;
- apresentar, quando aplicável, a identificação “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO”.

A CONTRATADA será responsável pelo transporte, entrega e demais despesas decorrentes do fornecimento.

JUSTIFICATIVA PARA AS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS

As características exigidas visam garantir segurança, funcionalidade, durabilidade e adequado desempenho dos espaçadores utilizados na Rede Municipal de Saúde.

O reservatório rígido em alumínio, quando previsto, contribui para a resistência e durabilidade do dispositivo. O encaixe universal, o bocal com válvula unidirecional e a máscara flexível têm como finalidade proporcionar adequada utilização durante a administração dos medicamentos por via inalatória.

GARANTIA

Os produtos deverão possuir a garantia legal aplicável, cabendo à CONTRATADA substituir, sem ônus para a Administração, aqueles que apresentarem defeitos, vícios ou desconformidades que comprometam sua utilização.

Não será exigida assistência técnica ou manutenção especializada, considerando a natureza dos dispositivos.

RECEBIMENTO E SUBSTITUIÇÃO

O recebimento será realizado mediante conferência quantitativa e qualitativa, verificando-se quantidade, especificações, integridade das embalagens, identificação e condições de conservação.

Produtos com defeitos, danos, divergências ou outras irregularidades poderão ser recusados.

CONCLUSÃO

A solução proposta atende à necessidade da Rede Municipal de Saúde quanto ao fornecimento de espaçadores para administração de medicamentos por via inalatória, garantindo requisitos de qualidade, segurança, funcionalidade e regularidade sanitária.

O fornecimento parcelado por meio do Sistema de Registro de Preços permite maior controle dos estoques da CAF, adequação das aquisições à demanda e melhor utilização dos recursos públicos, contribuindo para a continuidade da assistência aos usuários do SUS.

5-REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a aquisição parcelada de espaçadores para medicação inalatória, destinados ao atendimento das unidades da Rede Municipal de Saúde e ao ressuprimento da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), devendo os produtos atender integralmente às especificações técnicas e condições de fornecimento e critérios de aceitação estabelecidos neste Termo de Referência. (conforme mencionado no tópico 12.1)

Os produtos deverão ser novos, sem uso, íntegros e adequados à finalidade a que se destinam, atendendo às características técnicas estabelecidas para cada item, inclusive quanto à faixa etária indicada, tipo de máscara ou bocal, encaixe e demais componentes especificados.

Os produtos deverão possuir regularização vigente junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mediante registro ou notificação, conforme o enquadramento sanitário aplicável. Quando a regularização específica não for legalmente exigível, deverá ser apresentada documentação que comprove a respectiva dispensa ou não obrigatoriedade, quando aplicável.

A documentação sanitária deverá permitir a identificação do produto ofertado e a verificação de sua situação perante a autoridade sanitária competente, de modo a assegurar que o produto esteja apto à comercialização e utilização, conforme a legislação sanitária vigente.

Os itens ofertados deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, podendo a Administração solicitar prospecto, catálogo, ficha técnica ou documento do fabricante para comprovação das características do produto ofertado.

Os produtos deverão possuir, no mínimo, as seguintes condições:

- Ser novos, sem uso, não sendo aceitos produtos usados, recondicionados, adaptados ou improvisados;
- Atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas para cada item;
- Ser confeccionados em material adequado à finalidade de uso e compatível com o contato previsto com o usuário;
- Possuir embalagem adequada à proteção e integridade do produto durante o transporte, armazenamento e até o momento da utilização;
- Ser acompanhados de instruções de uso, higienização e conservação em língua portuguesa, quando aplicável;
- Conter todos os componentes e acessórios necessários ao pleno funcionamento do dispositivo, conforme especificação do item;
- Ser compatíveis com os medicamentos e equipamentos inalatórios padronizados pela Rede Municipal de Saúde, conforme as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

O produto entregue deverá corresponder integralmente ao produto ofertado na proposta e, quando exigida amostra, ao produto apresentado e aprovado pela Administração, não sendo admitida a substituição por produto de características divergentes sem prévia autorização da Administração e comprovação de equivalência ou superioridade, quando cabível.

A contratada deverá realizar o transporte e a entrega dos produtos no local indicado pela Administração, sendo de sua responsabilidade todos os custos relacionados ao fornecimento, incluindo transporte, tributos, encargos e demais despesas, não cabendo ônus adicional à Administração.

Todos os produtos deverão possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação ou vícios, contados a partir do recebimento definitivo, cabendo à contratada substituir, sem ônus para a Administração, os produtos que apresentarem defeitos durante o período de garantia.

Considerando a natureza e a simplicidade dos dispositivos, não será exigida assistência técnica especializada, assistência técnica localizada ou contrato de manutenção, uma vez que o objeto não possui componentes eletrônicos ou mecânicos complexos que demandem tais serviços.

Não será exigida a apresentação de manual técnico ou de manutenção, por não se tratar de equipamento que demande manutenção técnica especializada. As informações necessárias à utilização, higienização e conservação deverão constar das instruções de uso fornecidas com o produto.

5.1 – Vistoria
Não se aplica

5.2 – Amostras, Laudo Técnico ou Prova de Conceito
Não se aplica.

Justificativa: Considerando tratar-se de dispositivos médico destinados à administração de medicamentos por via inalatória, a avaliação da conformidade técnica será realizada por meio regularização junto à Anvisa, mediante notificação ou registro, conforme o enquadramento sanitário aplicável e demais exigências de habilitação técnica. A exigência de amostras poderá restringir a competitividade e não se mostra necessária para validação prévia dos itens a serem adquiridos.

5.3-Garantia dos materiais ou serviços

5.3.1. Os espaçadores deverão ser entregues com, no mínimo, 75% do prazo de validade restante, contado a partir da data de fabricação, garantindo a qualidade, segurança e tempo adequado para armazenamento e utilização pela população.

5.3.2. Durante o período de garantia, os produtos que apresentarem defeito de fabricação, vício ou qualquer irregularidade que comprometa sua utilização deverão ser substituídos pela contratada, sem qualquer ônus para a Administração, por produtos novos, de primeiro uso e com características iguais ou superiores às originalmente contratadas.

5.3.3. A contratada deverá realizar a substituição do produto defeituoso no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da comunicação formal da Administração.

5.3.4. O prazo estabelecido para substituição poderá ser prorrogado, excepcionalmente, uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e justificada da contratada, desde que previamente aceita pela Administração.

5.3.5. Todos os custos decorrentes da substituição do produto, incluindo transporte, retirada e entrega, quando necessários, serão de responsabilidade da contratada, não cabendo qualquer ônus adicional à Administração.

5.3.6. Caso o produto entregue apresente defeito, vício ou divergência em relação às especificações contratadas, a Administração poderá recusá-lo, devendo a contratada providenciar sua substituição no prazo estabelecido, sem prejuízo das demais medidas previstas no contrato.

5.3.7. Considerando a natureza e a simplicidade dos dispositivos, não será exigida assistência técnica especializada, manutenção preventiva ou corretiva, substituição de peças ou contrato de manutenção.

5.3.8. Quando aplicável, os produtos deverão observar o prazo de validade e as condições de armazenamento e conservação estabelecidas pelo fabricante e pela legislação sanitária vigente.

5.4. Da Subcontratação, se for o caso

Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta contratação.

Justificativa: A não necessidade de subcontratação justifica-se pela natureza do objeto, que consiste na aquisição de espaçadores para administração de medicamentos por via inalatória, produtos disponíveis no mercado e que não demandam serviços especializados de instalação, montagem, manutenção, treinamento ou outras atividades complementares para sua utilização.

O fornecimento poderá ser realizado diretamente pela empresa contratada, que deverá possuir capacidade para atender às condições técnicas, sanitárias e logísticas estabelecidas no Termo de Referência, inclusive quanto ao acondicionamento, transporte e entrega dos produtos.

Dessa forma, não se identifica atividade integrante do objeto que necessite ser executada por terceiro para viabilizar o fornecimento, sendo suficiente a capacidade operacional da própria contratada para o cumprimento das obrigações assumidas.

A eventual utilização de terceiros para atividades meramente acessórias, como transporte ou logística, não caracterizará subcontratação do objeto, permanecendo a contratada integralmente responsável pelo fornecimento, pela qualidade e pela conformidade dos produtos entregues.

6-MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

6.1. Condições de execução

6.1.1. A execução do objeto ocorrerá mediante fornecimento parcelado dos produtos, de acordo com a necessidade da Administração e mediante emissão da respectiva Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

6.1.2. A contratada deverá fornecer os produtos em estrita conformidade com as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

6.1.3. Os produtos deverão ser entregues novos, sem uso, em embalagem adequada, devidamente identificados e em condições que garantam sua integridade, conservação e utilização segura.

6.1.4. A contratada deverá observar as condições de transporte, armazenamento e conservação estabelecidas pelo fabricante e pela legislação sanitária vigente.

6.2. Local, condições e prazo de entrega

6.2.1. Os produtos deverão ser entregues na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) do Município de Nova Lima, localizada na Rua Padre João Marcelino, nº 110, Bairro Oswaldo Barbosa Pena, Nova Lima/MG, CEP 34002-104, telefone (31) 8060-6071.

Horário para recebimento: de segunda a sexta-feira, das 07h às 16h, em dias úteis. Responsável pelo recebimento: equipe técnica da Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF.

6.2.2. As entregas deverão ser realizadas em dias úteis, no horário estabelecido pela Administração, mediante prévio agendamento ou conforme orientação do responsável pelo recebimento.

6.2.3. O prazo para entrega de cada parcela será de **15** (quinze) dias corridos, contados do recebimento da ordem de Fornecimento.

6.2.4. A entrega será realizada de forma parcelada, conforme as quantidades e os prazos definidos pela Administração, não sendo admitida a entrega de quantidade inferior à solicitada sem prévia autorização.

6.2.5. Caso não seja possível cumprir o prazo de entrega, a contratada deverá comunicar formalmente a Administração, apresentando a respectiva justificativa, antes do vencimento do prazo, para análise quanto à possibilidade de prorrogação, ressalvadas as situações de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

6.2.6. Os custos de transporte, carga, descarga, entrega, tributos e demais despesas necessárias ao fornecimento serão de responsabilidade da contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

6.2.7. Quando aplicável, os produtos deverão ser entregues observando-se o prazo de validade e as condições de conservação estabelecidas pelo fabricante e pela legislação sanitária vigente.

6.3. Recebimento dos produtos

6.3.1. O recebimento dos produtos será realizado provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, mediante conferência da quantidade, identificação, integridade das embalagens e demais condições aparentes do fornecimento.

6.3.2. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva dos produtos, ficando condicionada à verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta e na Autorização de Fornecimento.

6.3.3. Os produtos poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, quando apresentarem defeitos, danos, embalagem violada, quantidade divergente, características diferentes das especificadas, irregularidades na identificação ou qualquer outra desconformidade com as condições contratadas.

6.3.4. Os produtos rejeitados deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da comunicação formal da Administração, sem qualquer ônus adicional, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.3.5. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade dos produtos quanto à quantidade, qualidade e atendimento às especificações contratadas, mediante atesto do responsável pelo recebimento e fiscalização.

6.3.6. O prazo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal e da conclusão da conferência dos produtos, desde que não sejam identificadas irregularidades.

6.3.7. Havendo necessidade de diligências ou correções para verificar a conformidade dos produtos, o prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado mediante justificativa.

6.3.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança, conformidade e adequação dos produtos fornecidos, nem a responsabilidade decorrente de defeitos ou vícios posteriormente identificados.

6.3.9. Em caso de controvérsia quanto à quantidade, qualidade ou especificação dos produtos, serão adotadas as providências previstas na legislação aplicável, assegurando-se o pagamento da parcela incontroversa, quando cabível.

6.4. Condições para aceitação

6.4.1. Para fins de aceitação, serão verificados, no mínimo:

a) a quantidade entregue;

b) a correspondência do produto com as especificações deste Termo de Referência;

c) a marca, fabricante, modelo e referência, quando aplicáveis;

d) a integridade da embalagem e do produto;

e) as condições de conservação e armazenamento;

f) a regularização sanitária do produto, quando aplicável; e

g) a presença dos componentes, acessórios e instruções de uso exigidos.

6.4.2. O fornecimento somente será considerado definitivamente aceito após a comprovação do atendimento integral às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7-MODELO DE GESTÃO DA ARP/ CONTRATO:
7.1. Regras Gerais

7.1. Regras Gerais

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 12.967/2023, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.2. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de correio eletrônico ou outro meio eletrônico oficial.

7.1.3. A Administração poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.4. A fiscalização do contrato ficará a cargo da servidora Ana Clara Bernardo de Moura, matricula 22435, lotado na central de abastecimento farmacêutico- CAF, do município de Nova lima ou de seu respectivo substituto.

7.1.5. A gestão do contrato ficará a cargo do servidor Diego Adão Coelho, matricula 16777, lotado na secretaria municipal de saúde (SEMSA), ou de seu respectivo substituto.

7.1.6. O Fiscal e o Gestor do Contrato serão especialmente designados pela autoridade competente, observados os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.967/2023, devendo ser formalizada a ciência dos servidores quanto às atribuições.

7.1.7. Constatado o descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, deverão ser observadas as disposições dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 12.967/2023, para apuração da responsabilidade da contratada e eventual aplicação das sanções cabíveis.

7.2. Do Fiscal do Contrato

7.2.1. Caberá ao Fiscal do Contrato acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento, verificando o cumprimento das especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

7.2.2. O Fiscal do Contrato deverá registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual e determinar, quando cabível, as providências necessárias à regularização de falhas, defeitos ou irregularidades identificadas.

7.2.3. O Fiscal do Contrato informará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, as situações que demandem decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.2.4. Caberá ao Fiscal do Contrato, especialmente:

a) acompanhar as entregas realizadas pela contratada;

b) conferir as quantidades, características e condições dos produtos entregues;

c) verificar a integridade das embalagens e as condições aparentes dos produtos;

d) verificar a conformidade dos produtos com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, na proposta e no contrato;

e) registrar e comunicar eventuais irregularidades identificadas;

f) solicitar a substituição dos produtos recusados, defeituosos ou em desacordo com as especificações contratadas;

g) acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega e substituição;

h) subsidiar o recebimento provisório e definitivo dos produtos;

i) comunicar ao Gestor do Contrato qualquer ocorrência que possa ensejar a aplicação de penalidades ou outras providências administrativas.

7.2.5. Em se tratando de aquisição de bens, o recebimento observará as seguintes etapas:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade dos produtos com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado ou registro que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.3. Do Gestor do Contrato

7.3.1. Ao Gestor do Contrato caberá coordenar a execução administrativa do contrato e acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 12.967/2023.

7.3.2. Compete ao Gestor do Contrato, especialmente:

a) acompanhar o desenvolvimento da execução contratual por meio dos registros, relatórios e demais documentos emitidos pelo Fiscal do Contrato;

b) analisar a documentação que antecede o pagamento;

c) analisar os documentos referentes ao recebimento dos produtos;

d) acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega e de substituição dos produtos, quando houver;

e) analisar eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

f) analisar eventuais alterações contratuais, após manifestação do Fiscal do Contrato;

g) acompanhar as ocorrências comunicadas pelo Fiscal do Contrato e adotar ou encaminhar as providências necessárias;

h) decidir provisoriamente sobre a suspensão da entrega dos produtos, quando cabível, submetendo a decisão à autoridade competente;

i) acompanhar o cumprimento das condições de garantia e a substituição de produtos defeituosos;

j) encaminhar para as providências cabíveis as situações que possam caracterizar descumprimento contratual e ensejar aplicação de sanções;

k) manter os registros e documentos relativos à execução contratual nos sistemas oficiais da Administração, quando aplicável;

l) inserir ou acompanhar a inserção dos dados referentes ao contrato nos sistemas oficiais, inclusive para fins de integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), quando aplicável.

8-CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Critérios de medição

8.1.1. A medição do fornecimento será realizada com base nas quantidades efetivamente entregues, conforme as solicitações formalizadas pela Administração por meio de Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

8.1.2. Para fins de medição e pagamento, serão considerados os produtos que tenham sido efetivamente entregues e que atendam integralmente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta e no contrato.

8.1.3. Produtos entregues em desacordo com as especificações, danificados, com embalagem violada ou que apresentem qualquer irregularidade não serão considerados para fins de medição e pagamento até que sejam devidamente substituídos e aceitos pela Administração.

8.2. Do pagamento

8.2.1. O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Nova Lima no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da respectiva Nota Fiscal, desde que o fornecimento tenha sido efetivamente realizado, recebido e definitivamente aceito pela Administração, mediante o respectivo Termo de Recebimento Definitivo.

8.2.2. Como forma de medição, será verificado o atendimento da contratada às requisições emitidas pela Administração, considerando-se os quantitativos efetivamente entregues e definitivamente aceitos.

8.2.3. A Nota Fiscal deverá corresponder aos quantitativos efetivamente fornecidos e aceitos pela Administração, devendo ser acompanhada da comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação e dos demais documentos necessários à regular liquidação da despesa.

8.2.4. O pagamento ficará condicionado à regular liquidação da despesa e ao cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

8.2.5. A existência de pendências, divergências ou irregularidades na Nota Fiscal, na documentação apresentada ou nos produtos entregues poderá suspender o prazo para pagamento até a respectiva regularização, sem prejuízo das providências cabíveis.

8.2.6. Não haverá pagamento antecipado, ficando o pagamento condicionado ao efetivo fornecimento, recebimento e aceitação dos produtos pela Administração.

9-OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o contrato, este Termo de Referência e seus anexos.

9.1.2. Emitir a respectiva Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente, contendo as informações necessárias à realização da entrega.

9.1.3. Encaminhar à contratada, pelos meios oficiais de comunicação, as solicitações de fornecimento e demais comunicações necessárias à execução contratual.

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

9.1.5. Receber provisória e definitivamente os produtos, desde que atendidas as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.1.6. Verificar a quantidade, qualidade, integridade e conformidade dos produtos entregues.

9.1.7. Notificar a contratada, por escrito, sobre eventuais defeitos, vícios, irregularidades ou desconformidades identificadas nos produtos fornecidos, para que sejam corrigidos ou substituídos nos prazos estabelecidos.

9.1.8. Recusar, total ou parcialmente, os produtos que estejam em desacordo com as especificações contratadas, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

9.1.9. Efetuar o pagamento à contratada dos valores correspondentes aos produtos efetivamente entregues e definitivamente aceitos, observados o prazo, a forma e as condições estabelecidos no contrato.

9.1.10. Aplicar à contratada as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato, quando cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

9.1.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela contratada, quando cabíveis, observadas as disposições legais e contratuais.

9.1.12. Comunicar à autoridade competente as situações que ultrapassem a competência do Fiscal ou do Gestor do Contrato e que demandem providências administrativas.

9.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.1.14. Cumprir as demais obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 12.967/2023 e nas demais normas aplicáveis.

10-OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

10.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, do contrato e de seus anexos, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto.

10.1.2. Fornecer os produtos em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades, marcas, modelos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

10.1.3. Fornecer produtos novos, sem uso, íntegros e em embalagem original, devidamente identificados e em condições adequadas de armazenamento, transporte e conservação.

10.1.4. Responsabilizar-se pela qualidade, procedência, segurança e conformidade dos produtos fornecidos, observando a legislação sanitária vigente e as normas aplicáveis aos dispositivos médicos.

10.1.5. Manter, durante toda a execução contratual, a regularidade sanitária do produto ofertado, inclusive quanto ao registro, notificação ou outra forma de regularização perante a ANVISA, quando exigível pela legislação aplicável.

10.1.6. Entregar os produtos acompanhados das respectivas instruções de uso, higienização e conservação em língua portuguesa, quando aplicável, bem como das informações necessárias à sua utilização adequada e segura.

10.1.7. Garantir que os produtos entregues sejam compatíveis com as especificações constantes deste Termo de Referência e correspondam aos produtos apresentados na proposta e, quando exigida, na amostra.

10.1.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos da legislação aplicável, especialmente da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10.1.9. Substituir, às suas expensas, os produtos que apresentarem defeitos, vícios, danos, irregularidades ou divergências em relação às especificações contratadas, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

10.1.10. Cumprir o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para substituição dos produtos recusados ou que apresentarem defeito, contado da comunicação formal da Administração.

10.1.11. Responsabilizar-se por todos os custos decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, entrega, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas necessárias à execução do objeto.

10.1.12. Assegurar que o transporte e a entrega dos produtos sejam realizados em condições adequadas, de modo a preservar sua integridade, qualidade, segurança e características originais.

10.1.13. Comunicar formalmente à Administração qualquer fato que possa comprometer o cumprimento dos prazos ou das condições estabelecidas para o fornecimento, apresentando a respectiva justificativa.

10.1.14. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal ou Gestor do Contrato ou pela autoridade competente e prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados relacionados à execução contratual.

10.1.15. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para sua habilitação na licitação, conforme disposto no art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.16. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de sua atuação, de seus empregados, prepostos ou terceiros contratados, não sendo a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração causa de exclusão ou redução dessa responsabilidade.

10.1.17. Cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais obrigações legais decorrentes da execução do contrato, quando aplicáveis.

10.1.18. Cumprir, durante toda a execução contratual, as reservas de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, quando aplicáveis, nos termos do art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.19. Apresentar, quando solicitado pela Administração, os documentos e informações necessários à comprovação do cumprimento das obrigações legais e contratuais.

10.1.20. Guardar sigilo sobre informações a que eventualmente tenha acesso em decorrência da execução do contrato, quando aplicável.

10.1.21. Observar as normas e determinações da Administração relacionadas ao recebimento, entrega e fiscalização dos produtos.

10.1.22. Responsabilizar-se pela garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação ou vícios, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

10.1.23. Durante o período de garantia, substituir os produtos que apresentarem defeitos de fabricação ou vícios, por produtos novos e de características iguais ou superiores às originalmente contratadas, sem qualquer ônus para a Administração.

10.1.24. Cumprir as demais obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 12.967/2023, na legislação sanitária aplicável e nos demais instrumentos da contratação.

11 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento

11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade Pregão , sob a forma eletrônica, pelo critério de menor preço por item, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.1.2. O julgamento por item justifica-se pela possibilidade de fornecimento independente dos produtos, ampliando a competitividade e permitindo a participação de fornecedores aptos a atender cada item.

11.2. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

11.2.1. Habilitação Jurídica

11.2.1.1. A licitante deverá apresentar a documentação exigida pelo art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Justificativa: Comprovar sua existência e regularidade jurídica e sua capacidade para assumir as obrigações decorrentes da contratação.

11.2.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

11.2.2.1. A licitante deverá comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista, conforme art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Justificativa: Assegurar a regularidade da empresa perante as obrigações legais aplicáveis.

11.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

11.2.3.1. A licitante deverá apresentar certidão negativa de falência ou concordata expedita pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, conforme permissivo do art. 69 II, da lei federal 14.133/2021. No caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante devera, juntamente com a certidão, sob pena de inabilitação, apresentar comprovação de que o plano de recuperação expressamente prevê a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente.

Justificativa: Demonstrar capacidade econômico-financeira para cumprir o fornecimento.

11.2.4. Qualificação Técnica

11.2.4.1. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) experiência anterior no fornecimento de produtos compatíveis ou similares ao objeto.

11.2.4.2. A exigência observará os limites do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem requisitos excessivos ou desproporcionais.

Justificativa: Demonstrar experiência compatível com o fornecimento de dispositivos médicos, reduzindo riscos de falhas, atrasos e descontinuidade do abastecimento.

11.2.5. Regularidade Sanitária do Produto

11.2.5.1. O espaçador inalatório ofertado deverá estar regularmente autorizado perante a ANVISA, mediante registro, notificação ou outro regime aplicável, conforme seu enquadramento sanitário.

11.2.5.2. A regularidade deverá ser comprovada mediante número do registro/notificação ou documento oficial correspondente.

11.2.5.3. Caso o produto seja legalmente dispensado de registro ou notificação, deverá ser apresentada documentação oficial ou declaração do fabricante que permita comprovar a dispensa e seu fundamento normativo.

Justificativa: Garantir que o dispositivo médico esteja regularmente autorizado para comercialização e utilização no território nacional.

11.2.6. Licença ou Alvará Sanitário

11.2.6.1. A licitante deverá apresentar Licença ou Alvará Sanitário vigente, quando sua atividade estiver sujeita a esse licenciamento, admitindo-se comprovação formal de dispensa quando aplicável.

Justificativa: Comprovar a regularidade sanitária da empresa, sem impor exigência quando legalmente dispensada.

11.2.7. Autorização de Funcionamento – AFE

11.2.7.1. A licitante deverá apresentar AFE expedida pela ANVISA, quando sua atividade estiver sujeita à respectiva autorização, admitindo-se comprovação formal de dispensa quando aplicável.

Justificativa: Comprovar a regularidade da empresa para o exercício das atividades sanitárias relacionadas ao fornecimento, quando exigível.

11.3. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

11.3.1. Não será admitida a participação de empresas em consórcio.

11.3.2. A vedação justifica-se pela baixa complexidade e natureza padronizada do objeto, que pode ser integralmente fornecido por empresa individual apta a atender às condições técnicas, comerciais e operacionais estabelecidas.

11.4. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.4.1. Em caso de empate, serão aplicados os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas também as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 relativas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, quando aplicáveis.

11.4.2. Após o julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, nos termos do art. 61 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.5 CONDIÇÕES PARA ENTREGA

11.5.1. Os espaçadores deverão ser entregues conforme as especificações do Termo de Referência, em embalagem original, íntegra, sem violação, avarias ou condições que comprometam sua qualidade.

11.5.2. Os produtos deverão apresentar, quando aplicável, identificação do fabricante, marca, modelo, lote, validade e regularização perante a ANVISA.

11.5.3. Quando aplicável ao produto, deverá constar a expressão “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO”.

11.5.4. Os produtos deverão ser transportados e entregues em condições adequadas de acondicionamento, conservação e proteção, conforme orientação do fabricante e legislação sanitária vigente.

11.5.5. O documento fiscal deverá informar preço unitário, preço total, produto, quantidade, lote e validade, quando aplicáveis.

11.5.6. Todas as despesas de transporte, tributos, fretes, encargos e demais custos do fornecimento serão de responsabilidade da CONTRATADA.

11.5.7. Produtos que apresentarem desconformidade, defeito, avaria ou embalagem inadequada poderão ser recusados pela Administração.

11.5.8. Caso os produtos não atendam às especificações contratuais ou apresentem defeitos técnicos, o prazo para correção ou substituição será aquele estabelecido na Cláusula 6, contado da notificação formal da Administração, sem ônus adicional.

11.6. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO COMPLEMENTAR

11.6.1. Não haverá necessidade de contratação futura ou aquisição complementar para o pleno funcionamento do objeto.

11.6.2. Os espaçadores serão destinados ao uso assistencial nas unidades da Rede Municipal de Saúde e não demandarão instalação, montagem ou serviços complementares. Os acessórios e componentes necessários ao funcionamento, quando previstos na especificação do produto, deverão acompanhar o fornecimento.

12-ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar, a estimativa dos valores unitários e global da contratação foi realizada com o objetivo de apurar o eventual dispêndio da Administração com a solução pretendida, considerando os quantitativos estimados e as especificações técnicas dos dispositivos médicos do tipo espaçador para administração de medicamentos por via inalatória.

A estimativa de preços foi elaborada em observância ao disposto no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 14.331/2024, que dispõe sobre os procedimentos para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral no âmbito do Município.

O custo estimado total da contratação é de **R$ 221.459,15 (duzentos e vinte e um mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e quinze centavos)**, conforme os preços unitários referenciais e os quantitativos estimados constantes do quadro de custos deste Termo de Referência e da respectiva memória de cálculo.

Para a composição dos preços estimados, foram considerados parâmetros e fontes de pesquisa compatíveis com o objeto, buscando-se obter valores representativos dos preços praticados no mercado e compatíveis com as condições de fornecimento pretendidas pela Administração.

Para a definição dos valores unitários referenciais, foram utilizados, conforme disponibilidade e pertinência ao objeto, os seguintes parâmetros e fontes de pesquisa:

- consulta a preços praticados pela Administração Pública em contratações similares, incluindo processos licitatórios, atas de registro de preços e contratações disponíveis em portais oficiais de compras públicas;
- consulta a sistemas oficiais ou bases de preços públicos, quando disponíveis e aplicáveis aos itens objeto da contratação;
- pesquisa em sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo, com verificação das condições comerciais e da atualidade dos preços encontrados;
- obtenção de cotações diretamente junto a fornecedores do segmento, mediante solicitação formal de orçamento, quando necessária à complementação ou validação da pesquisa de preços.

Na análise dos preços coletados, foram consideradas as características e especificações técnicas dos dispositivos médicos, as condições de fornecimento, as unidades de fornecimento, os quantitativos estimados e demais elementos capazes de influenciar a formação dos preços, de modo a assegurar

que os valores utilizados na estimativa guardem compatibilidade com o objeto efetivamente pretendido.

Os preços unitários referenciais, os parâmetros utilizados para sua obtenção, os documentos que fundamentam a pesquisa e as respectivas memórias de cálculo constam de documento separado e classificado, integrante da fase preparatória da contratação, permitindo a verificação da metodologia empregada e da formação do valor estimado.

A estimativa foi, portanto, estruturada de forma a refletir, tanto quanto possível, os preços correntes de mercado para o fornecimento dos dispositivos médicos objeto desta contratação, servindo de parâmetro para a análise da vantajosidade e para o julgamento das propostas, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

12.1-Planilha Orçamentária:

ITEM	QUANT.	UND. DE MEDIDA	ENQUADRA-MENTO	DETALHAMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	800	UN	**EXCLUSIVO ME/EPP**	**ESPAÇADOR PARA MEDICAÇÃO INALATÓRIA BABY (0 - 2 ANOS)** ESPAÇADOR PARA MEDICAÇÃO INALATÓRIA BABY (0 A 2 ANOS), COM ENCAIXE UNIVERSAL, RESERVATÓRIO RÍGIDO EM ALUMÍNIO, BOCAL COM VÁLVULA UNIDIRECIONAL E MÁSCARA FLEXÍVEL COM TAMANHO ADEQUADO PARA USUÁRIOS DE 0 A 2 ANOS. O produto deverá atender, no mínimo, às seguintes condições: • Produto novo, íntegro, em embalagem original, sem sinais de violação, danos ou umidade e devidamente identificado; • Marca, fabricante, modelo e referência claramente identificados; • Rótulo e informações de uso em português, conforme regulamentação sanitária aplicável; • Produto devidamente regularizado junto à Anvisa,	R$53,55	R$42.840,00

				mediante **registro ou notificação, conforme o enquadramento sanitário aplicável**, com respectivo número informado e situação vigente; • **Alvará/Licença Sanitária e Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)**, quando aplicáveis à atividade da empresa fornecedora; • Atendimento às condições de validade, armazenamento e conservação estabelecidas pelo fabricante e pela legislação sanitária vigente; • A embalagem deverá apresentar a identificação **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"**, quando aplicável ao produto destinado ao uso institucional; • Todos os acessórios e componentes necessários ao pleno funcionamento do produto deverão estar inclusos no fornecimento; • O transporte e a entrega deverão ocorrer em condições adequadas, sendo de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas de transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais custos decorrentes do fornecimento.		
2	1520	UN	**AMPLA CONCORRÊNCIA**	**ESPAÇADOR PARA MEDICAÇÃO INALATÓRIA INFANTIL (2- 12 ANOS)** ESPAÇADOR PARA MEDICAÇÃO INALATÓRIA BABY (2- 12 ANOS ENCAIXE UNIVERSAL, RESERVATÓRIO RÍGIDO EM ALUMÍNIO, BOCAL COM VÁLVULA UNIDIRECIONAL, MÁSCARA FLEXÍVEL COM TAMANHO ADEQUADO PARA USUÁRIOS DE 2 A 12 ANOS	R$53,55	R$81.396,00

				O produto deverá atender, no mínimo, às seguintes condições: • Produto novo, íntegro, em embalagem original, sem sinais de violação, danos ou umidade e devidamente identificado; • Marca, fabricante, modelo e referência claramente identificados; • Rótulo e informações de uso em português, conforme regulamentação sanitária aplicável; • Produto devidamente regularizado junto à Anvisa, mediante **registro ou notificação, conforme o enquadramento sanitário aplicável**, com respectivo número informado e situação vigente; • **Alvará/Licença Sanitária e Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)**, quando aplicáveis à atividade da empresa fornecedora; • Atendimento às condições de validade, armazenamento e conservação estabelecidas pelo fabricante e pela legislação sanitária vigente; • A embalagem deverá apresentar a identificação **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"**, quando aplicável ao produto destinado ao uso institucional; • Todos os acessórios e componentes necessários ao pleno funcionamento do produto deverão estar inclusos no fornecimento; • O transporte e a entrega deverão ocorrer em condições adequadas, sendo de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas de transporte, tributos, encargos		

				trabalhistas, previdenciários e demais custos decorrentes do fornecimento.		
3	1820	UN	**AMPLA CONCORRÊNCIA**	**ESPAÇADOR PARA MEDICAÇÃO INALATÓRIA ADOLESCENTE/ADULTO (ACIMA DE 12 ANOS)** ESPAÇADOR PARA MEDICAÇÃO INALATÓRIA ADOLESCENTE/ADULTO (ACIMA DE 12 ANOS) ENCAIXE UNIVERSAL, RESERVATÓRIO RÍGIDO EM ALUMÍNIO, BOCAL COM VÁLVULA UNIDIRECIONAL MÁSCARA FLEXÍVEL COM TAMANHO ADEQUADO PARA USUÁRIOS ACIMA DE 12 ANOS. O produto deverá atender, no mínimo, às seguintes condições: • Produto novo, íntegro, em embalagem original, sem sinais de violação, danos ou umidade e devidamente identificado; • Marca, fabricante, modelo e referência claramente identificados; • Rótulo e informações de uso em português, conforme regulamentação sanitária aplicável; • Produto devidamente regularizado junto à Anvisa, mediante **registro ou notificação, conforme o enquadramento sanitário aplicável**, com respectivo número informado e situação vigente; • **Alvará/Licença Sanitária e Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)**, quando aplicáveis à atividade da empresa fornecedora;	R$53,42	R$97.223,15

				• Atendimento às condições de validade, armazenamento e conservação estabelecidas pelo fabricante e pela legislação sanitária vigente; • A embalagem deverá apresentar a identificação **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"**, quando aplicável ao produto destinado ao uso institucional; • Todos os acessórios e componentes necessários ao pleno funcionamento do produto deverão estar inclusos no fornecimento; • O transporte e a entrega deverão ocorrer em condições adequadas, sendo de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas de transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais custos decorrentes do fornecimento.		

PESQUISA DE PREÇOS:

Item	Especificações	Unidade medida	Quant	Preços	Valor Unitário Médio (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	**ESPAÇADOR PARA MEDICAÇÃO INALATÓRIA BABY (0 - 2 ANOS)**	UND	800	R$ 58,00	R$ 53,55	R$ 42.840,00	RS MED LTDA
		UND		R$ 55,71			MEDSET SOLUÇOES PARA SAUDE
		UND		R$ 31,00			FONTE DE PREÇO-RS DIST HOSP
		UND		R$ 69,48			WWW.ARAUJO.COM.BR
2		UND	1520	R$ 58,00	R$	R$	RS MED LTDA

	ESPAÇADOR PARA MEDICAÇÃO INALATÓRIA INFANTIL (2- 12 ANOS)	UND		R$ 55,71	53,55	81.396,00	MEDSET SOLUÇOES PARA SAUDE
		UND		R$ 31,00			FONTE DE PREÇO-RS DIST HOSP
		UND		R$ 69,48			WWW.ARAUJO.COM.BR
3	**ESPAÇADOR PARA MEDICAÇÃO INALATÓRIA ADOLESCENTE/ADULTO (ACIMA DE 12 ANOS)**	UND	1820	R$ 58,00	R$ 53,42	R$ 97.223,15	RS MED LTDA
		UND		R$ 55,71			MEDSET SOLUÇOES PARA SAUDE
		UND		R$ 31,00			FONTE DE PREÇO-RS DIST HOSP
		UND		R$ 68,98			WWW.ARAUJO.COM.BR

Valor total estimado R$ 221.459,15 (duzentos e vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e quinze centavo

13-ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias do orçamento em vigor, aprovado pela LOA 2026 (Lei 3.317/2026), sendo elas:

Dotação: 12.002.10.303.0104.2130.
Elemento(s) de despesa(s): 3.3.90.30

14- REAJUSTE:

14.1. Nos termos do art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, em *06/08/2026.*

14.1.1. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo por força de determinação governamental, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.1.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.1.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.1.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento seja extinto ou, de qualquer forma, deixe de poder ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então vigente.

14.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços remanescentes, mediante termo aditivo.

14.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento, nos termos do art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15- GARANTIA CONTRATUAL:
Não se aplica

16. SANÇÕES:

16.1. Em caso de o contratado cometer as infrações previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 13.518/2023, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 4º a 20 do referido Decreto, bem como aquelas estabelecidas no Título IV, Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021, observados o contraditório, a ampla defesa e os demais procedimentos previstos na legislação aplicável.

17. GARANTIA DAS PROPOSTAS
Não se aplica

18. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Foi elaborado Mapa de Risco que abarca todos os possíveis riscos envolvidos na fase de planejamento da contratação.

19. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE, SE FOR O CASO

Visando à mitigação de eventuais impactos ambientais e à adoção de boas práticas administrativas, serão observadas, no que couber e for compatível com o objeto, as previsões legais e orientações constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como a legislação ambiental aplicável à aquisição, ao fornecimento e ao descarte dos dispositivos médicos e suas embalagens.

20. RESPONSÁVEL(IS) PELA ELABORAÇÃO DO TR

Declaro que sou responsável pela elaboração do presente Termo de Referência, que corresponde ao
objeto deste instrumento a aquisição futura e parcelada de espaçadores para uso na administração de medicamentos por via inalatória, destinados ao ressuprimento da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e ao atendimento das unidades da Rede Municipal de Saúde – SUS, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

_____

Viviane Scoralick Serretti Jardim
Assistente Administrativo

_____

Diego Adão Coelho

Diretor de operações estratégicas

_____

Juliane Caroline gomes lucindo Silva

Coordenadora CAF

A**provo** o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

_____

Alice Neto Ferreira de Almeida
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

MAPA DE RISCOS

Objeto: Constitui objeto deste instrumento a aquisição futura e parcelada de espaçadores para uso na administração de medicamentos por via inalatória, destinados ao ressuprimento da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e ao atendimento das unidades da Rede Municipal de Saúde – SUS, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Termo de Referência

A teor do disposto no artigo 18, inciso X, a atividade de análise de riscos é um importante instrumento da fase de planejamento, e deverá subsidiar a elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência/Projeto Básico.

Durante esta fase de gerenciamento de riscos, promove-se o levantamento de potenciais eventos (futuros e incertos), que poderão ocasionar impactos sobre os objetos da contratação.

FASE DE ANÁLISE	
x	**Planejamento**
	Fase Externa (seleção da proposta)
	Gestão do contrato

Assinalar com o "x" qual fase está sendo avaliado o risco

RISCO 1						
Especificação técnica inadequada dos espaçadores						
Probabilidade	X	Baixo		Médio		Alto
Impacto		Baixo		Médio	X	Alto
Dano/Consequência						
1. Aquisição de espaçadores que não atendam adequadamente às necessidades da Rede Municipal de Saúde, podendo comprometer a correta administração dos medicamentos por via inalatória.						
2. Necessidade de substituição ou não aceitação dos produtos, ocasionando atrasos no abastecimento da CAF e eventual descontinuidade da assistência aos usuários.						
Ação Preventiva			**Responsável**			

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

1-Elaborar especificação técnica clara e objetiva, contemplando características, dimensões, materiais, compatibilidade, requisitos de qualidade e demais condições necessárias ao adequado funcionamento do espaçador.	Secretaria Municipal de Saúde/Setor Demandante
2. Revisar as especificações e os quantitativos antes da contratação, considerando o consumo histórico e as necessidades das unidades da Rede Municipal de Saúde	Secretaria Requisitante
Ação de Contingência	**Responsável**
1. Recusar produtos que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e solicitar a substituição.	Secretaria Requisitante/Fiscal do Contrato
2. Avaliar a necessidade de adoção de medidas administrativas cabíveis caso o fornecedor não realize a substituição no prazo estabelecido	Secretaria Requisitante/Fiscal do Contrato

RISCO 2						
Fornecimento de equipamentos sem assistência técnica local ou garantia adequada						
Probabilidade	X	Baixo		Médio		Alto
Impacto		Baixo		Médio	X	Alto
Dano/Consequência						
1. Recebimento de produtos inadequados, defeituosos ou que não atendam aos requisitos estabelecidos para utilização na Rede Municipal de Saúde.						
2. Prejuízo à assistência aos usuários e necessidade de substituição dos produtos, podendo ocasionar desabastecimento temporário.						
Ação Preventiva			**Responsável**			
1. Estabelecer no Termo de Referência requisitos mínimos de qualidade, condições de fornecimento, embalagem, identificação e demais características			Secretaria Municipal de Saúde			

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

necessárias ao recebimento dos espaçadores	
2. Realizar conferência dos produtos no momento do recebimento, verificando quantidade, integridade, especificações e conformidade com o contratado.	Secretaria Municipal de Saúde/CAF
Ação de Contingência	**Responsável**
1. Não receber ou não atestar os produtos que apresentarem desconformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência	Secretaria Requisitante/Fiscal do Contrato
2. Solicitar formalmente a substituição dos produtos desconformes, observando os prazos e condições estabelecidos no instrumento contratual.	Secretaria Requisitante/Fiscal do Contrato

RISCO 3						
Atraso na entrega dos espaçadores						
Probabilidade		Baixo	X	Médio		Alto
Impacto		Baixo		Médio	X	Alto
Dano/Consequência						
1. Desabastecimento ou redução dos estoques da CAF, comprometendo o atendimento das unidades da Rede Municipal de Saúde.						
2. Prejuízo à continuidade da assistência aos usuários que necessitam dos espaçadores para administração de medicamentos por via inalatória.						
Ação Preventiva			**Responsável**			

1. Estabelecer no Termo de Referência prazos, condições e cronograma de entrega compatíveis com a necessidade de ressuprimento da CAF	Secretaria Requisitante
2. Acompanhar os níveis de estoque e programar previamente as solicitações de fornecimento, evitando que os pedidos sejam realizados apenas quando o estoque estiver próximo do esgotamento.	Secretaria Requisitante/Fiscal do Contrato
Ação de Contingência	**Responsável**
1. Notificar o fornecedor em caso de atraso e solicitar justificativa e regularização imediata do fornecimento, adotando as medidas previstas no instrumento contratual	Secretaria Requisitante/Fiscal do Contrato
2. Avaliar, diante de risco de desabastecimento, a adoção das medidas administrativas cabíveis previstas na contratação.	Secretaria Requisitante/Fiscal do Contrato

_____

Juliane caroline gomes lucindo Silva
Coordenadora CAF

Aprovo o presente Mapa de riscos, bem como estou de acordo com todas as possíveis ações a serem executadas.

_____

Diego Adão Coelho

Diretor de operações estratégicas

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 346/2026

PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 55/2026

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Processo Licitatório nº 346/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 55/2026

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr. (a) _____ inscrito (a) no CPF sob o nº _____, e portador(a) da carteira de identidade nº _____, declara, sob as penalidades da lei,:

- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.
- Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.
- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Que não se enquadra nas vedações previstas no §1º do art. 9º da Lei Federal 14.133/2021.

Atenciosamente,

Local e data.

(Carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 346/2026

PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 55/2026

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO FISCAL

Processo Licitatório nº 346/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 55/2026

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr. (a) _____ inscrito (a) no CPF sob o nº _____, e portador(a) da carteira de identidade nº _____, declara, sob as penalidades da lei, que se enquadra como _____ (MICRO EMPRESA/// EMPRESA DE PEQUENO PORTE/// ou /// EQUIPARADAS) nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, estando apta a fruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas em favor desta categoria, e que não se enquadra em nenhuma das excludentes previstas no § 4º do artigo 3º da mesma lei.

Atenciosamente,

Local e data.

(Carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 346/2026

PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 55/2026

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

MODELO 01- DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

Processo Licitatório nº 346/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 55/2026

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr. (a) _____ inscrito (a) no CPF sob o nº _____, e portador(a) da carteira de identidade nº _____, declara, sob as penalidades da lei, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Atenciosamente,

Local e data.

(Carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

MODELO 02- DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVINIENTE

Declaração de Fato Superveniente
Declaro para os devidos fins de Direito, que inexiste fato superveniente de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública. Local e data Assinatura Carimbo de CNPJ da Empresa

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

MODELO 03- DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO A COTA DE MENOR APRENDIZ (SOMENTE PARA PREGÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA)

Declaração de atendimento a cota de menor aprendiz

Declaro para os devidos fins de Direito, que a empresa xxxxxxxx atende ao mínimo legal de cota de aprendizes obrigatório em atendimento a recomendação do Ministério Público do Trabalho, no âmbito do Procedimento nº 000470.2023.03.002/8, bem como art. 92, inciso XVII da Lei Federal n° 14.133/2021, como condição de habilitação, conforme estabelece art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021 e a Portaria Conjunta PGM/CGM Nº 01, de 27 de Agosto de 2024.

Local e data

Assinatura

Carimbo de CNPJ da Empresa

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 346/2026

PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 55/2026

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Nome do licitante:_____ CNPJ: _____

Endereço Completo:_____ Telefone/E-mail:_____

Processo Licitatório nº 346/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 55/2026

Forma que os preços deverão ser apresentados:

Conforme Termo de Referência

O lance deverá ser ofertado pelo Menor preço POR ITEM.

PRAZO DE ENTREGA: Conforme edital e Termo de Referência.

LOCAL DE ENTREGA: Conforme edital e Termo de Referência.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: Conforme edital.

PRAZO DE GARANTIA DO PRODUTO OFERTADO: Conforme edital e Termo de Referência.

Local e data.

(Assinatura do representante legal da empresa)

Nome RG/CPF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

ANEXO A – MODELO DE CADASTRO DE FORNECEDORES

1- Segundo o artigo 10, XVI do decreto municipal 13.518/2023, o licitante interessado deverá manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, informar gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias úteis, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador.

2- Segue modelo a ser entregue juntamente com as propostas:

Dados da empresa
Razão social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Enquadramento:
Natureza jurídica:
E-mail de contato:
Telefone de contato: ( ) Nome do contato:
Objeto do contrato:
Nº de inscrição Estadual:
Nº do registro na junta comercial (NIRE) ou cartório:
Data do registro:
Endereço: Cidade/UF:
Rua/Avenida: Nº: CEP:

Dados da conta bancaria	
Banco:	Agência:
Tipo de conta:	Nº da conta:

Dados dos sócios.	
1- Sócio administrador	
Nome:	CPF:
Sexo:	Nacionalidade:
2- Demais sócios:	
Nome:	CPF:
Sexo:	Nacionalidade:

Nome e assinatura dos responsáveis pelas informações:

_____

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 346/2026
PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 55/2026

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., DECLARA que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

.....

(data)

.....

(representante legal)

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 346/2026

PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 55/2026

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA A REABILITAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA A REABILITAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., DECLARA que cumprirá, caso aplicável, as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

.....

(data)

.....

(representante legal)

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA - VISTO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 346/2026

PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 55/2026

ANEXO VIII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/___.

PROCESSO Nº 346/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026

VALIDADE: 12 meses

Aos _____ dias do mês de _____ de 202x, a Secretaria Municipal de _____, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Sr(a). _____, nos termos do art. 40 da Lei Federal 14.133/2021, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2026** por deliberação do(a) Pregoeiro(a) oficial e equipe de apoio, **RESOLVE** registrar os preços para os fornecimentos constantes nesta ata, Detentor _____, localizado na rua _____, n°____ no bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, cujo CNPJ é _____, neste ato representado por _____,conforme quadro abaixo:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO:

1.1 - Aquisição Futura E Parcelada De Espaçadores Para Uso Na Administração De Medicamentos Por Via Inalatória, Destinados Ao Ressuprimento Da Central De Abastecimento Farmacêutico (CAF) E Ao Atendimento Das Unidades Da Rede Municipal De Saúde – SUS.

1.2 - Os produtos/serviços constantes do Termo de Referência, o qual é parte integrante desta Ata de Registro de Preços, são o objeto do fornecimento.

1.3 - Os quantitativos estabelecidos no Termo de Referência são estimados e servem como referência, podendo o Município de Nova Lima adquiri-los em conformidade com suas necessidades, não havendo a obrigatoriedade de consumo "*in totum*".

CLÁUSULA 2ª - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, à critério da Administração, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2 - Nos termos do art. 83 da Lei Federal 14.133/2021, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município de Nova Lima não será obrigado a adquirir os produtos referidos nesta ata.

2.3 - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 31 do Decreto Municipal nº 13.749/2023, a presente Ata de Registro de Preços será cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA 3ª - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para aquisições do respectivo objeto, por todos os Órgãos da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Lima.

CLÁUSULA 4ª - DO PREÇO

4.1 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes dos seus anexos, de acordo com a respectiva classificação no Pregão **nº 55/2026**

4.2 - Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as disposições da legislação pertinente, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão **nº 55/2026**, que integra o presente instrumento de compromisso.

4.3 - Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas no Pregão **nº 55/2026** pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA 5ª - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Nova Lima, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento do objeto e da(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondentes, acompanhada(s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto, na forma prevista no subitem 6.3.3 da presente Ata de Registro de Preços.

5.2 - Para efeito de pagamento, a detentora dos preços registrados deverá emitir nota fiscal onde conste os dados bancários, assim como apresentar as Certidões Negativas de Débito perante a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, além daquelas relativas ao FGTS e Débitos Trabalhistas – CNDT.

5.2.1 - Na hipótese de constar pendência de débito para emissão de algumas das certidões, será a detentora dos preços registrados notificada para providenciar a regularização no prazo de

30(trinta) dias, sob pena de cancelamento da Ata de Registro de Preços e aplicação das penalidades previstas na **CLÁUSULA 7ª - DAS PENALIDADES**, podendo o Município de Nova Lima, nesse caso, convocar as demais licitantes para o fornecimento do objeto, observando a ordem de classificação, os requisitos de habilitação e desde que aceitas as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

5.2.2 - Caso o convocado não atenda as condições descritas no item anterior, o Município de Nova Lima convocará as demais licitantes classificadas, procedendo-se a mesma análise e negociação. Não havendo êxito na negociação, as licitantes classificadas serão liberadas do compromisso e o registro de preço cancelado.

5.3 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pelo Município, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{TX / 100}{30}$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

5.4 - O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior àquela a que se refere a remuneração auferida.

CLÁUSULA 6ª - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO/REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

6.1 - O objeto da presente Ata será fiscalizado por pessoas designadas pela(s) Secretaria(s) Demandante(s), a(s) qual(is) ficará(ão) responsável(is) pela conferência e controle do serviço.

6.2- A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata.

6.3 - O objeto da presente Ata será recebido por pessoas designadas pela Gestora, as quais ficarão responsáveis pela conferência e controle da mercadoria.

6.3.1 - A cada fornecimento serão emitidos recibos, nos termos do art. 140, II, “a” e “b”, da Lei Federal n° 14.133/2021.

6.3.2 - Por ocasião da entrega, a detentora dos preços registrados deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor do setor requisitante responsável pelo recebimento.

6.3.3 - Após o recebimento do objeto, o Órgão Gerenciador terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para verificar o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.

6.3.4 - Constatadas irregularidades no objeto, o Município de Nova Lima através do Órgão Gerenciador poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) Na hipótese de substituição, a detentora dos preços registrados deverá fazê-la em conformidade com o item registrado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados após notificação por escrito do Órgão Gerenciador, mantendo o preço inicialmente registrado;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) Na hipótese de complementação, a detentora dos preços registrados deverá fazê-la em conformidade com o item registrado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados após notificação por escrito Órgão Gerenciador, mantendo o preço inicialmente registrado

6.3.5 - Quando, durante o prazo de garantia, os produtos apresentarem qualquer irregularidade que os tornem sem condições para utilização, a detentora dos preços registrados deverá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, e às suas expensas, substituir os mesmos por outros da mesma espécie, em perfeitas condições de utilização, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

6.3.6 - Se a detentora dos preços registrados não substituir os produtos, nem restituir o valor pago, no prazo acima marcado, o Município de Nova Lima poderá compensar seu crédito com

eventuais débitos para com a detentora dos preços registrados, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas.

6.4 - O objeto desta licitação deverá ser fornecido na forma prevista no **ITEM 6. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/ PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO** constante do Termo de Referência.

6.4.1 - Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por ofício ou e-mail, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

6.4.2 - O prazo para retirada da Ordem de Fornecimento será de 05 (cinco) dias úteis da data da convocação por parte do Município de Nova Lima.

6.5 - Os produtos deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal ou nota fiscal fatura, conforme o caso.

6.6 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.7 - A cópia da ordem de fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

CLÁUSULA 7ª - DAS PENALIDADES

7. 1. – Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 155 da Lei Federal n° 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, nos termos do Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023:

7.1.1. – Advertência;

7.1.2. – Multa;

7.1.3. – Impedimento de licitar e contratar;

7.1.4. – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.2. – Em caso de inexecução parcial do contrato será aplicada exclusivamente a sanção de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.3. – A sanção de multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal n. 14.133/21 será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

7.3.1 – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023.

7.3.2 – A aplicação de multa compensatória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.1333/21.

7.3.3. – Será aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou ao contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, na forma do artigo 10 do Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023.

7.3.4. – Será aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

7.3.5. – O valor das multas aplicadas deverá ser executado na forma do art. 58, do Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023.

7.4. – A sanção prevista de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.4.1. A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação de sanção de impedimento de licitar e contratar.

7.5. – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.6. – As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

7.7. – A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.8. – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e no Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023.

7.9. – Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

7.11. – Outras sanções por atos praticados no decorrer da contratação poderão estar previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA 8ª - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

8.1. Do Reajuste

8.1.1. Nos termos do art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, em 06/08/2026.

8.1.1.1. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo por força de determinação governamental, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.1.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.1.1.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.1.1.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.1.1.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento seja extinto ou, de qualquer forma, deixe de poder ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então vigente.

8.1.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços remanescentes, mediante termo aditivo.

8.1.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento, nos termos do art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Da Repactuação

8.2.1– Em se tratando serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, os preços contratados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:
8.2.1.1 - à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;
8.2.1.2. ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

8.2.2. - A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

8.2.3. É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

8.2.4. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

8.2.5. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

8.2.6. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

8.2.7. A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito, ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 31 do Decreto Municipal nº 13749/2023, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA 10ª - DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

10.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria requisitante.

CLÁUSULA 11ª - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

11.1 - Após a homologação da licitação, será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o seguinte registro para fins de formação de cadastro reserva:

11.1.1- dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a ordem de classificação na licitação;

11.1.2- dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

11.2- Será assegurada nas contratações a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na Ata de Registro de Preços.

11.2.1- O registro para a formação do cadastro reserva na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao (s) licitante (s) mais bem classificado (s).

11.2.2- Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3- A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1- quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital;

11.3.2 - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no art. 31 do Decreto nº 13.749/2023

11.4- Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário aceitar a contratação nos termos do disposto no caput deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

11.4.1- convocar os licitantes que optaram por manter sua proposta original, para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

11.4.2- adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.5- A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

11.6- O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

CLÁUSULA 12ª - DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO E ATUALIZAÇÕES DE PREÇOS REGISTRADOS E SUBSTITUIÇÃO DE MARCA

12.1 – Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

12.1.1 – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou;

12.1.2 – em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.2 – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

12.2.1 – Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

12.2.2 – Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do §1º do art. 24 do Decreto Municipal nº 13.749/2023, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no parágrafo único do art. 18 do Decreto Municipal nº 13.749/2023.

12.2.3 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do art. 31 do Decreto

Municipal nº 13.749/2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12.2.4 – Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador atualizará o preço registrado e comunicará aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.2.5 – No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

12.2.5.1 – Para fins do disposto item anterior, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

12.2.5.2 – Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do art. 31 do Decreto Municipal nº 13.749/2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.2.5.3 – Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 12.2.5.2, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no parágrafo único do art. 18 do Decreto Municipal nº 13.749/2023

12.2.5.4 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do art. 31 do Decreto Municipal nº 13.749/2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12.2.5.5 – Na hipótese de comprovação do disposto no 12.2.5 e no 12.2.5.1, o gerenciador procederá a atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

12.2.5.6 – Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades participantes que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.2.6 – Em qualquer caso, redução do preço de mercado ou fato que eleve os custos dos serviços ou bens registrados, a revisão aplicada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época.

12.2.6.1 – Aplica-se as disposições do item acima aos materiais ou serviços tabelados oficialmente por órgãos competentes.

12.2.6.2 – O preço de mercado será obtido com base nos parâmetros estabelecidos no artigo 23 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.2.6.3 – Cabe ao órgão gerenciador realizar os procedimentos para alteração de valores durante a vigência da ata.

12.2.7 – A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

12.2.8 – A alteração de preço deverá ser publicizada nos termos da legislação vigente.

12.2.9 – Para as atas de registro de preços que contemplem itens referentes às cotas principais e cotas reservadas, sendo detentoras pessoas jurídicas distintas, a execução das atas pelos órgãos ou pelas entidades participantes se dará, preferencialmente, de forma simultânea.

12.2.10 – A ata de registro de preços poderá ser alterada para a substituição de marca nas condições previstas no edital e na legislação vigente.

12.2.10.1 – por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, se comprovado que a marca não mais atende às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável;

12.2.10.2 – por requerimento do fornecedor, que deve ser apreciado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, em hipótese que comprove a impossibilidade de fornecimento ou prestação do serviço.

12.2.10.3 – O órgão ou a entidade gerenciadora somente poderá aquiescer com a substituição requerida pelo fornecedor se comprovadamente houver igualdade de condições ou vantagem para o interesse público.

12.2.10.4 – A substituição de marca deverá ser obrigatoriamente publicizada nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA 13ª - DA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO PELA ADMINISTRAÇÃO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1- Os contratos celebrados em decorrência do registro de preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal nº **14.133**, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Municipal nº 13.749/2023, e deverão ser formalizados e assinados dentro do prazo de vigência da ARP.

13.2- Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em Lei e no edital da licitação, inclusive quanto aos acréscimos de que tratam os arts. 124 a 136, da Lei Federal nº **14.133/2021**, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

13.3- A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido nos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº **14.133/2021.**

13.4- Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados em até 10(dez) dias úteis da sua assinatura no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

13.5- O fornecedor da ata de registro de preços se obriga a atender às solicitações que lhe forem apresentadas nos termos contratados.

13.6- Quando o critério de julgamento for o de maior desconto sobre tabela de preços referenciada, as contratações derivadas da ata de registro de preços poderão observar, conforme previsão no edital, as variações da tabela adotada, respeitando-se o percentual de desconto, quando identificada alta volatilidade nos preços de mercado.

CLÁUSULA 14ª – DA PROTEÇÃO A DADOS SENSÍVEIS – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI 13.709/2018)

14.1. A DETENTORA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 11.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento.

14.2. A DETENTORA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

14.3. A DETENTORA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

14.4. A DETENTORA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento.

14.5. A DETENTORA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita do Município de Nova Lima, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

14.5.1. A DETENTORA obriga-se a fornecer somente as informações, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento.

14.6. A DETENTORA fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão da presente ata, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

14.7. À DETENTORA não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento.

14.8. A DETENTORA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

14.9. A DETENTORA deverá notificar, imediatamente, o MUNICÍPIO no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.9.1. A notificação não eximirá a DETENTORA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.10. A DETENTORA que descumprir os termos da Lei nº 11.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento, ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo causado, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

14.11. O dever de sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a DETENTORA e o Município de Nova Lima, bem como, entre a DETENTORA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 11.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

14.11.1. A DETENTORA ficará obrigada a manter canais abertos para comunicação com o Município de Nova Lima para os assuntos pertinentes à aplicação da Lei nº 11.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, mesmo após o término da vigência da presente ata.

14.12. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a DETENTORA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA 15ª - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Integram esta Ata, o Edital do Pregão nº 55/2026 e seus respectivos Anexos, em especial o Anexo I – Termo de Referência, bem como as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado e o mapa de lances com os preços finais do certame.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

15.2 - Fica eleito o foro desta Comarca do Município de Nova Lima/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

15.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

XXXXXX, _____ de _____ de 2026.

_____

Ordenador de Despesas

Secretaria Gerenciadora da Ata de Registro de Preços

_____

Fornecedor

DETENTORA

Testemunhas:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Visto Procuradoria

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 346/2026
PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 55/2026

ANEXO IX – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ___/____, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ___/___, CELEBRADO ATRAVÉS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026

De um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA LIMA**, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Praça Bernardino de Lima, nº 80, Centro, Nova Lima/MG, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de _____, Sr(a). _____, e, de outro lado, _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com endereço comercial na _____, representada por _____, nacionalidade _____, profissão _____, CPF _____, doravante nominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de Aquisição Futura E Parcelada De Espaçadores Para Uso Na Administração De Medicamentos Por Via Inalatória, Destinados Ao Ressuprimento Da Central De Abastecimento Farmacêutico (CAF) E Ao Atendimento Das Unidades Da Rede Municipal De Saúde – SUS, decorrente do **Processo Administrativo nº 346/2026**, **Pregão Eletrônico nº 55/2026**,, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 13.929/2024, mediante as condições que se seguem.

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1 Aquisição Futura E Parcelada De Espaçadores Para Uso Na Administração De Medicamentos Por Via Inalatória, Destinados Ao Ressuprimento Da Central De Abastecimento Farmacêutico (CAF) E Ao Atendimento Das Unidades Da Rede Municipal De Saúde – SUS.

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Estudo Técnico Preliminar;

1.2.2. Termo de Referência,

1.2.3. A Matriz de Riscos;

1.2.4. O Edital de Licitação;

1.2.5. A proposta do contratado;

1.5.6. Eventuais anexos dos documentos supramencionados.

CLÁUSULA 2ª - DOS PREÇOS, LIQUIDAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. - Dos Preços

2.1. Dos Preços

2.1.1. O Contratante pagará o valor de R$ XXXXXX,00 (XXXXXXXXXXXXXXX), conforme descrições

abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL				R$	

2.2. - Das Condições de pagamento

2.2.1. O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Nova Lima no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento do objeto e da(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondentes, acompanhada(s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

2.2.2. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal onde conste os dados bancários, assim como apresentar as Certidões Negativas de Débito perante a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, além daquelas relativas ao FGTS e Débitos Trabalhistas – CNDT. De acordo com o art. 92, XVI da Lei Federal 14.133/2021, a CONTRATADA deve manter todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

2.2.2.1 – O prazo para envio dos documentos para liquidação para a SEMFA é de no máximo 10 (dez) dias corridos após o recebimento deles pelas secretarias contratantes, conforme artigo 1º do decreto 15.294 de 06 de fevereiro de 2025.

2.2.2.2 – A SEMFA terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos para liquidar as despesas no sistema próprio, após o recebimento dos documentos, conforme artigo 2 do decreto 15.294 de 06 de fevereiro de 2025.

2.2.2.3 – Cabe a SEMFA o processamento do pagamento das despesas realizadas no âmbito do Poder Executivo, no prazo de até 10 (dez) dias corridos da liquidação, conforme artigo 3 do decreto 15.294 de 06 de fevereiro de 2025.

2.2.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

2.2.4. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de

liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.2.5. O Município de Nova Lima poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não forem sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

2.2.6. Os pagamentos efetuados à CONTRATADA não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

2.2.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pelo Município, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX / 100)}{30}$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

2.2.8. - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a data de sua apresentação válida.

2.2.9. - O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior àquela que se refere a remuneração auferida.

2.3. Dos critérios e periodicidade de medição

2.3.1. A medição do fornecimento será realizada com base nas quantidades efetivamente entregues, conforme as solicitações formalizadas pela Administração por meio de Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

2.3.2. Para fins de medição e pagamento, serão considerados os produtos que tenham sido efetivamente entregues e que atendam integralmente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta e no contrato.

2.3.3. Produtos entregues em desacordo com as especificações, danificados, com embalagem violada ou que apresentem qualquer irregularidade não serão considerados para fins de medição e pagamento até que sejam devidamente substituídos e aceitos pela Administração.

CLÁUSULA 3ª - DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 – Do Reajuste

3.1.1. Nos termos do art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, em *06/08/2026.*

3.1.1.1. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo por força de determinação governamental, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.1.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.1.1.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

3.1.1.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

3.1.1.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento seja extinto ou, de qualquer forma, deixe de poder ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então vigente.

3.1.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços remanescentes, mediante termo aditivo.

3.1.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento, nos termos do art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

3.2. – Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

3.2.1. A equação econômico-financeira do contrato será preservada durante toda a sua vigência, nos termos dos arts. 124, inciso II, alínea "d", e 134 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o restabelecimento do equilíbrio inicial nas hipóteses de ocorrência de eventos que caracterizem álea extraordinária.

3.2.2. Considera-se mantida a equação econômico-financeira quando houver correspondência entre os encargos assumidos pela CONTRATADA e a remuneração estabelecida, conforme as condições vigentes à época da apresentação da proposta.

3.2.3. A alocação de riscos deste contrato observa a seguinte matriz, que constitui parâmetro vinculante para interpretação e aplicação deste instrumento:

I – **ÁLEA ORDINÁRIA**, de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;

II – **ÁLEA EXTRAORDINÁRIA**, cuja ocorrência poderá ensejar recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, desde que atendidos os requisitos legais e contratuais.

3.2.3.1. Constituem riscos ordinários da contratação aqueles inerentes, previsíveis ou usualmente associados à execução dos serviços, os quais são integralmente assumidos pela CONTRATADA e considerados na formação de sua proposta.

3.2.4. Em qualquer hipótese, fica vedada a revisão contratual fundada exclusivamente em variações quantitativas ou qualitativas ordinárias dos serviços, sob pena de desvirtuamento do regime de execução e da alocação de riscos estabelecida neste contrato.

3.2.5. Somente será admitida a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses de ocorrência de eventos supervenientes à contratação que se caracterizem como **ÁLEA EXTRAORDINÁRIA**, assim entendidos aqueles que sejam:

I – imprevisíveis;

II – previsíveis, porém de consequências incalculáveis; ou

III – previsíveis, mas que produzam efeitos excepcionalmente gravosos e desproporcionais, alheios à álea ordinária do contrato.

3.2.6. A caracterização da álea extraordinária dependerá de demonstração inequívoca, pela CONTRATADA, de forma cumulativa, dos seguintes requisitos:

I – ocorrência do evento extraordinário;

II – nexo causal entre o evento e o desequilíbrio alegado;

III – impacto financeiro efetivo sobre a execução contratual;

IV – ruptura relevante da equação econômico-financeira originalmente pactuada.

3.2.7. O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalizado pela CONTRATADA, mediante requerimento fundamentado, instruído com documentação comprobatória idônea, memória de cálculo detalhada e demonstração analítica do impacto econômico-financeiro.

3.2.8. O pedido será submetido à análise técnica e jurídica do CONTRATANTE, no prazo de até 30 dias, podendo ser indeferido, mediante decisão motivada, quando não atendidos os requisitos previstos nesta cláusula.

3.2.9. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando cabível, limitar-se-á ao estritamente necessário para restabelecer a relação originalmente pactuada, devendo os valores resultantes observar a compatibilidade e a limitação dos preços praticados no mercado, vedado qualquer acréscimo que importe enriquecimento sem causa da CONTRATADA ou que exceda o efetivo impacto financeiro comprovado.

3.2.10. A recomposição será formalizada mediante termo aditivo, após regular instrução processual, vedada sua concessão automática ou retroativa sem a devida comprovação dos requisitos legais e contratuais.

3.2.11. A eventual recomposição não afastará a incidência das demais regras contratuais, especialmente aquelas relativas à alocação de riscos, responsabilização das partes e dever de eficiência na execução do objeto.

3.3 Da Repactuação

3.3.1– Em se tratando serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, os preços contratados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:
3.3.1.1 - à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;
3.3.1.2. ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

3.3.2. - A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de

participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

3.3.3. É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

3.3.4. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

3.3.5. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

3.3.6. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

3.3.7. A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

CLÁUSULA 4ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A rubrica das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento das despesas são:

Dotação: 12.002.10.303.0104.2130.
Elemento(s) de despesa(s): 3.3.90.30

CLÁUSULA 5ª - DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência do presente contrato será de 12(doze) meses, contado da data de sua assinatura, respeitando-se os prazos de execução previstos no Termo de Referência.

5.2. A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, artigos 106 e 107.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

5.3. A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

5.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

5.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

5.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

5.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA 6ª - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

6.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 7ª – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA

7.1. **São obrigações do Contratante**:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

7.1.1. Realizar a gestão sobre o disposto no Termo de Referência, anexos e nos planos/cronograma de trabalho.
7.1.2. Supervisionar e fiscalizar o fornecimento dos produtos.
7.1.3. Anotar em registro próprio e notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais não conformidades no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção.
7.1.4. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços e demais informações necessárias para o desempenho dos serviços contratados.
7.1.5. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e autorizados, aos locais em que devam executar suas tarefas.
7.1.6. Avaliar e homologar as entregas de produtos e serviços disponibilizados pela CONTRATADA, observando as especificações do Termo de Referência e anexos quanto aos critérios de aceite.
7.1.7. Promover o cancelamento do contrato, caso seja identificado que a solução adquirida, na prática, não atende às especificações constantes neste Termo de Referência e anexos.
7.1.8. Nomear o Gestor e o Fiscal para acompanhar a execução do contrato, bem como para atuar como interlocutores com a CONTRATADA para fiscalizar e atestar o atendimento e entrega dos serviços e produtos contratados.
7.1.9. Receber o objeto do contrato e atestar a Nota Fiscal/Fatura.
7.1.10. Efetuar os aceites técnicos dos serviços executados em conformidade com Termo de Referência e seus anexos.
7.1.11. Fazer os pagamentos devidos mediante as faturas, que deverão ser por ele conferidas.
7.1.12. Emitir decisão sobre todas solicitações ou reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, abrangendo inclusive requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
7.1.13. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir admitida a prorrogação motiva por igual período.

CLÁUSULA 8ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, bem como as obrigações previstas na legislação vigente, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, do contrato e de seus anexos, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto.

8.1.2. Fornecer os produtos em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades, marcas, modelos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

8.1.3. Fornecer produtos novos, sem uso, íntegros e em embalagem original, devidamente identificados e em condições adequadas de armazenamento, transporte e conservação.

8.1.4. Responsabilizar-se pela qualidade, procedência, segurança e conformidade dos produtos fornecidos, observando a legislação sanitária vigente e as normas aplicáveis aos dispositivos médicos.

8.1.5. Manter, durante toda a execução contratual, a regularidade sanitária do produto ofertado, inclusive quanto ao registro, notificação ou outra forma de regularização perante a ANVISA, quando exigível pela legislação aplicável.

8.1.6. Entregar os produtos acompanhados das respectivas instruções de uso, higienização e conservação em língua portuguesa, quando aplicável, bem como das informações necessárias à sua utilização adequada e segura.

8.1.7. Garantir que os produtos entregues sejam compatíveis com as especificações constantes deste Termo de Referência e correspondam aos produtos apresentados na proposta e, quando exigida, na amostra.

8.1.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos da legislação aplicável, especialmente da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8.1.9. Substituir, às suas expensas, os produtos que apresentarem defeitos, vícios, danos, irregularidades ou divergências em relação às especificações contratadas, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

8.1.10. Cumprir o prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** para substituição dos produtos recusados ou que apresentarem defeito, contado da comunicação formal da Administração.

8.1.11. Responsabilizar-se por todos os custos decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, entrega, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas necessárias à execução do objeto.

8.1.12. Assegurar que o transporte e a entrega dos produtos sejam realizados em condições adequadas, de modo a preservar sua integridade, qualidade, segurança e características originais.

8.1.13. Comunicar formalmente à Administração qualquer fato que possa comprometer o cumprimento dos prazos ou das condições estabelecidas para o fornecimento, apresentando a respectiva justificativa.

8.1.14. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal ou Gestor do Contrato ou pela autoridade competente e prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados relacionados à execução contratual.

8.1.15. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para sua habilitação na licitação, conforme disposto no art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.16. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de sua atuação, de seus empregados, prepostos ou terceiros contratados, não sendo a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração causa de exclusão ou redução dessa responsabilidade.

8.1.17. Cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais obrigações legais decorrentes da execução do contrato, quando aplicáveis.

8.1.18. Cumprir, durante toda a execução contratual, as reservas de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, quando aplicáveis, nos termos do art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.19. Apresentar, quando solicitado pela Administração, os documentos e informações necessários à comprovação do cumprimento das obrigações legais e contratuais.

8.1.20. Guardar sigilo sobre informações a que eventualmente tenha acesso em decorrência da execução do contrato, quando aplicável.

8.1.21. Observar as normas e determinações da Administração relacionadas ao recebimento, entrega e fiscalização dos produtos.

8.1.22. Responsabilizar-se pela garantia mínima de **90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação ou vícios**, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

8.1.23. Durante o período de garantia, substituir os produtos que apresentarem defeitos de fabricação ou vícios, por produtos novos e de características iguais ou superiores às originalmente contratadas, sem qualquer ônus para a Administração.

8.1.24. Cumprir as demais obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 12.967/2023, na legislação sanitária aplicável e nos demais instrumentos da contratação.

8.1.25. A Contratada, além dos casos previstos na legislação em vigor, é responsável:

a) Por quaisquer danos ou prejuízos que por acaso causar à Administração ou a terceiros, em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato;

b) Pela indenização ou reparação de danos ou prejuízos decorrentes de negligência, imprudência e/ou imperícia, nos fornecimentos contratados;

c) Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e outros decorrentes do presente contrato;

d) Por manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas na contratação.

e) Não utilizar mão de obra infantil, ou a utilizar conforme ditames da Lei Federal nº 9.854 de 27 de outubro de 1999.

f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

g) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA 9ª – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Não obstante o fato de a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução do objeto desta licitação, o CONTRATANTE promoverá a mais ampla e completa fiscalização do cumprimento do objeto contratado, nos termos constantes do Item 7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO do Termo de Referência (Anexo I) bem como na forma do Decreto Municipal n. 12.967/2023.

9.2. – Regras Gerais

9.2.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, caput, Lei nº 14.133/2021).

9.2.2. Compete ao CONTRATANTE, por meio do gestor e do fiscal do contrato, exercer a fiscalização ampla, irrestrita e permanente sobre todas as fases de execução contratual, sem prejuízo do dever da CONTRATADA de supervisionar seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2.3 A CONTRATADA declara aceitar integralmente os métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela Administração.

9.2.4. As comunicações entre a Administração e a CONTRATADA deverão ocorrer por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de meios eletrônicos.

9.2.5 A fiscalização do contrato ficará a cargo da servidora Ana Clara Bernardo de Moura, matricula 22435, lotado na central de abastecimento farmacêutico- CAF, do município de Nova lima ou de seu respectivo substituto

9.2.6 A gestão do contrato ficará a cargo do servidor Diego Adão Coelho, matricula 16777, lotado na secretaria municipal de saúde (SEMSA), ou de seu respectivo substituto.

9.2.7 O fiscal e o gestor do contrato serão designados conforme os requisitos legais aplicáveis, bem como seus substitutos, devendo ser formalizada a ciência dos designados quanto às atribuições assumidas.

9.2.8 Quaisquer determinações da fiscalização ou da gestão deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

9.2.9 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas no instrumento convocatório, no contrato e na legislação vigente, podendo culminar na extinção contratual.

9.2.10 A atuação da fiscalização e da gestão não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por irregularidades decorrentes de falhas técnicas, vícios, emprego de materiais inadequados ou danos causados a terceiros, inexistindo corresponsabilidade da Administração.

9.2.11 Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, mediante registro formal.

9.2.12 Após a assinatura do contrato, a Administração poderá convocar representante da CONTRATADA para reunião inicial de alinhamento, destinada à apresentação das regras de fiscalização, obrigações contratuais, metodologia de acompanhamento, critérios de avaliação de desempenho e demais aspectos necessários à adequada execução.

9.3. Do Fiscal do Contrato

9.3.1 Compete ao fiscal do contrato:

a) Registrar, em sistema ou documento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, indicando as providências necessárias à regularização de falhas ou defeitos.

b) Efetuar as chamadas técnicas para os serviços de manutenção corretiva.

c) Autorizar a substituição de peças, após realização de pesquisa de preço no mercado.

d) Notificar a CONTRATADA para correção de irregularidades, fixando prazo para saneamento.

e) Comunicar ao gestor do contrato situações que ultrapassem sua competência ou demandem providências administrativas.

f) Informar imediatamente ao gestor fatos que possam inviabilizar a execução contratual nos prazos estabelecidos.

g) Receber, atestar e encaminhar ao gestor notas fiscais, relatórios e laudos técnicos ou administrativos apresentados pela CONTRATADA.

h) Acompanhar as Autorizações de Fornecimento vinculadas ao contrato.

i) Fiscalizar o cumprimento do cronograma de manutenções preventivas e dos prazos de atendimento das manutenções corretivas.

9.3.2. Ao Fiscal do Contrato caberá, além das atribuições previstas no item 9.3.1, caberá, ainda:

9.3.2.1. Em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

9. 3.2.2. Em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.3.3 Do Gestor do Contrato

9.3.3.1. Compete ao gestor do contrato:

a) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA para fins de empenho, liquidação e pagamento da despesa.

b) Receber e conferir notas fiscais, relatórios e laudos apresentados pela CONTRATADA.

c) Adotar providências para instauração de processo administrativo de responsabilização visando à aplicação de sanções, quando cabível.

d) Notificar formalmente a CONTRATADA quanto a falhas verificadas, fixando prazo para correção.

e) Elaborar relatório final sobre a execução contratual, avaliando o alcance dos objetivos da contratação e indicando eventuais melhorias administrativas.

f) Encaminhar a documentação necessária ao setor competente para liquidação e pagamento, conforme valores aferidos pela fiscalização.

g) Autorizar, quando tecnicamente justificável, a substituição de peças ou componentes não originais.

h) Receber relatórios da fiscalização e adotar as providências cabíveis.

i) Instruir processos relativos a prorrogação, alteração, reequilíbrio econômico-financeiro, aplicação de sanções ou extinção contratual.

j) Decidir, observada a legislação vigente, situações não previstas que impactem a execução do contrato.

k) Emitir avaliação formal de desempenho da CONTRATADA, a ser incorporada ao histórico contratual e utilizada como subsídio para futuras contratações.

CLÁUSULA 10ª - DA EXTINÇÃO

10.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021)

CLÁUSULA 11ª - DOS CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa

CLÁUSULA 12ª – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O objeto deste contrato será fornecido/prestado de acordo com o definido no item 6- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO- do Termo de Referência.

12.2. Das regras para Recebimento do(s)serviço(s)/produto(s):

12.2.1. O(s) serviço(s)/produto(s)será(ão) recebido(s) provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente)e a nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Contrato e na proposta.

12.2.2. O(s) serviço(s)/produto(s)poderá(ão) ser rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez)dias úteis, a contar da notificação do Contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.2.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez.) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da especificação, qualidade e quantidade do(s) serviço(s)/produto(s)e consequente aceitação mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

12.2.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.2.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à especificação, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.2.5. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.2.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA 13ª - DAS PENALIDADES

13. 1. – Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, nos termos do Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023:

13.1.1. – Advertência;

13.1.2. – Multa;

13.1.3. – Impedimento de licitar e contratar;

13.1.4. – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.2. – Em caso de inexecução parcial do contrato será aplicada exclusivamente a sanção de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.3. – A sanção de multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal n. 14.133/21 será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

13.3.1 – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023.

13.3.2 – A aplicação de multa compensatória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com

contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.1333/21.

13.3.3. – Será aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou ao contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, na forma do artigo 10 do Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023.

13.3.4. – Será aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

13.3.5. – O valor das multas aplicadas deverá ser executado na forma do art. 58, do Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023.

13.4. – A sanção prevista de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.5 A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação de sanção de impedimento de licitar e contratar.

13.6. – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.7. – As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

13.8. – A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.9. – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e no Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023.

13.10. – Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.11. – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.12. – Outras sanções por atos praticados no decorrer da contratação poderão estar previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA 14ª – DA PROTEÇÃO A DADOS SENSÍVEIS – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI 13.709/2018)

14.1. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

14.2. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

14.3. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

14.4. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.5. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita da CONTRATANTE, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.5.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer somente as informações, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

14.6. A CONTRATADA fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

14.7. À CONTRATADA não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.8. A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

14.9. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a CONTRATANTE no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.9.1. A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.10. A CONTRATADA que descumprir os termos da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual, ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo causado, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

14.11. O dever de sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

14.11.1. A CONTRATADA ficará obrigada a manter canais abertos para comunicação com a CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à aplicação da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, mesmo após o término da vigência do presente contrato.

14.12. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA 15ª - DA NOVAÇÃO

15.1. Toda e qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA 16ª – GARANTIA DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS

16.1. Durante o prazo de garantia, caso os itens apresentem qualquer irregularidade que os torne impróprios ou inadequados para utilização, a **CONTRATADA** deverá, às suas expensas e no prazo estabelecido no **item 5.3 do Termo de Referência – Garantia dos Materiais ou Serviços**, substituir os itens defeituosos por outros da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

16.2. Durante o prazo de garantia, caso os serviços executados apresentem qualquer irregularidade ou desconformidade, a **CONTRATADA** deverá realizar, às suas expensas, as correções necessárias, observando os prazos estabelecidos no **item 5.3 do Termo de Referência – Garantia dos Materiais ou Serviços**, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA 17ª – DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA 18ª – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao **contratante** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal n° 14.133/2021, bem como no respectivo Diário Oficial do Município, em atenção ao art. 216 da Lei Orgânica Municipal.

CLÁUSULA 19ª – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Ficam as partes submetidas a todos os termos constantes do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº **55/2026** , bem como ao seu Termo de Referência (Anexo I), sendo ambos os instrumentos partes integrantes desde Contrato.

CLÁUSULA 20ª - DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Nova Lima/MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

XXXXXX, _____ de _____ de 2026.

_____

Ordenador de Despesas

CONTRATANTE

_____

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

CPF: CPF:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO